

AS CRISES ECONÔMICAS E A TEORIA MARXISTA

THE ECONOMIC CRISIS AND THE MARXIST THEORY

Oswaldo Luis Angel Coggiola

Graduado em Economia Política e História na Université Paris VIII e doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

Av. Professor Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária – São Paulo – SP

CEP 05508-900

E-mail: coggiol@hotmail.com

Resumo

Contrariamente a uma opinião difundida, existe uma teoria marxista das crises econômicas. Esta, por sua vez, não é uma “teoria dos ciclos econômicos”. O objetivo de Marx não é determinar uma regularidade de fases ascendentes e descendentes, mas estabelecer que as próprias leis de acumulação do capital conduzem às crises, e estas expressam a tendência à autodissolução do capital. Este artigo discute as características essenciais dessa teoria e procura atualizar o debate a respeito dela com base no comentário de autores contemporâneos.

Palavras-chave: Crise; Taxa de lucro; Acumulação.

Abstract

There is a large opinion about the lack of a marxist theory of crises. This article defends his existence, and try to show that it's not a “theory of economic cycles”. Marx's goal was not to proof regular phases of grow and fall of economy, but to show how the accumulation of capital laws mean by themselves the crisis, which is the manifestation of the tendency to self-dissolution of capital. This article discusses the main aspects of this theory, trying to update the debate, in the light of contemporary works and authors.

Keywords: Crisis; Rate of profit; Accumulation.

1

INTRODUÇÃO

O objetivo do modo de produção capitalista é a produção de mais-valia para valorizar o capital, entendido como valor em processo, valor que procura se valorizar, valor que entra na circulação para se multiplicar e se acumular. A mais-valia, por sua vez, é materialização de tempo de trabalho não pago ou rendimento de trabalho alheio acumulado. O processo de produção capitalista é, portanto, um processo de produção de mais-valor. O motor da produção capitalista é a obtenção permanente de mais-valor (ou mais-valia), e a origem do mais-valor é a exploração da força de trabalho humana, decorrente da divisão de classes, fruto da forma de apropriação dos meios de produção que gera a relação antitética entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, isto é, capitalistas e trabalhadores.

A relação social que caracteriza a sociedade capitalista faz que o trabalhador tenha que vender sua força de trabalho para o capitalista e dele receber um salário, fruto de um contrato aparentemente livre, mas essencialmente opressor: o contrato determina como e quanto tempo o operário deve trabalhar. O despotismo na fábrica decorre de uma necessidade do capital: a divisão do trabalho que, por meio dos avanços técnicos e dos graus de especialização do trabalho, faz aumentar a produtividade, acumulando mais capital.

2

ACUMULAÇÃO E TAXA DE LUCRO

Para Marx, um dos aspectos essenciais do capital é que ele tem que ser acumulado, independentemente das preferências subjetivas dos capitalistas. O capitalista não tem necessariamente consciência do que faz; ele segue as determinações do capital, que exige concorrência. Como o capital é valor que expande a si mesmo, seu valor deve ao menos ser reproduzido e conservado; por força da circulação e da concorrência, a simples preservação não é possível: é necessário que o capital se reproduza e se expanda, não apenas por meio da reprodução simples, mas necessariamente como reprodução ampliada, como acumulação de valor e de mais-valia, como acumulação de capital.

No Livro I, capítulo XXIII, de *O capital*, Marx analisou os efeitos da acumulação capitalista sobre a classe operária. Com a introdução da maquinaria e da

produção mecanizada, outros métodos de produção utilizam formas extremas de exploração a fim de continuarem competitivos. É a própria produção mecanizada que cria um exército industrial de reserva e, com ele, a lei de acumulação capitalista:

O mecanismo de produção capitalista e de acumulação adapta continuamente esse número [de trabalhadores] e essas necessidades [de expansão do capital]. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo (MARX, 1987a, p. 274).

No Livro III, seção 3, de *O capital*, Marx trata da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Definida como a “lei fundamental da economia moderna”, é ela que determina o limite da própria acumulação capitalista. A determinação do caráter *orgânico* da *crise* na dinâmica econômica capitalista, na visão marxista, exige uma reconstituição teórica. Num primeiro momento – que compreende os esquemas da reprodução do capital tal como aparecem no Livro II de *O capital* –, fazem-se numerosas hipóteses simplificadoras da realidade: a oferta e a demanda coincidem, as mercadorias se trocam pelos seus equivalentes em valor, anula-se a concorrência, a luta de classes etc.

Marx atendeu de modo exclusivo ao “processo direto de produção” para observar o comportamento das categorias de valor e mais-valia em toda sua pureza. Fez abstração das contingências que determinam sua distribuição entre os distintos agentes sociais; deixou de lado os eventos da esfera da circulação que operam sobre essas categorias globais e as dividem em fenômenos ou formas concretas como salário, lucro industrial e comercial, juros bancários e renda da terra. Os esquemas de reprodução de Marx estavam instalados na abstração teórica de que as mercadorias produzidas pelos distintos setores se trocavam segundo seus valores respectivos, em cada setor se mantendo uma composição orgânica do capital constante, com a acumulação progredindo por meio de uma simples adição de capital produtivo sobre uma base técnica invariável.

A forma absoluta em que se apresenta a possibilidade formal ou abstrata das crises capitalistas é a fórmula geral do capital desenvolvida. A *possibilidade geral* das crises é a *metamorfose* formal do capital, a dissociação no tempo e no espaço da compra e da venda. Mas isso não é nunca a *causa* da crise. Não é outra coisa que a *forma mais geral* da *crise* e, portanto, a crise na sua *expressão mais geral*.

Não se pode dizer, porém, que a *forma abstrata da crise* (abstraída de todas as mediações concretas ou fenômenos que ocorrem no processo de produção e circulação da mais-valia no seu conjunto) seja a *causa* dela: “Quando perguntamos por sua causa, tratamos precisamente de saber por que *sua forma abstrata*, a forma de sua possibilidade, se transforma de possibilidade em *realidade*” (MARX, 1985, cap. XVII, ap. 11). O momento da metamorfose formal não é próprio do regime capitalista, mas da produção mercantil simples.

Para apresentar a realidade do capital como um *concreto pensado*, é necessário incorporar e considerar todas as mediações afastadas no tratamento que Marx fez do valor e da mais-valia nos livros I e II de *O capital*, em especial a transformação dos valores em *preços de produção*, da relação destes com os *preços de mercado*, pela interação das distintas frações do capital na esfera da circulação:

No primeiro livro se investigaram os fenômenos apresentados pelo processo de produção capitalista, considerado para si como processo de produção direta, e nele se prescindiu ainda de todas as influências secundárias de circunstâncias que lhe são alheias. Mas este processo direto de produção não esgota a trajetória vital do capital. No mundo real, o processo de circulação o complementa, e este constituiu o objeto das investigações do livro segundo. Ali se revelou, principalmente na terceira seção, ao examinar o processo de circulação como mediação do processo de reprodução social (capitalista), que o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto, é uma unidade dos processos de produção e circulação.

[...]

Por isto, não pode ser nosso objetivo neste terceiro livro formular reflexões gerais sobre esta unidade. Trata-se sim de descobrir e descrever as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital considerado em seu conjunto. Em seu movimento real (enquanto unidade de essência e aparência), os capitais se enfrentam em formas concretas tais (lucro industrial, taxa de interesse, lucro comercial, renda territorial) que para elas a figura do capital no processo direto de produção assim como sua figura no processo de circulação, somente aparecem como fases particulares. As configurações do capital, tais como as que desenvolvemos neste livro, se aproximam, portanto, paulatinamente à forma com que se manifestam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diversos capitais entre si, na concorrência e na consciência habitual dos próprios agentes da produção (MARX, 1984, Livro III, seção I, p. 23-24).

Suponhamos um esquema de reprodução simples, no qual a escala da produção e a relação de valor entre as componentes constante e variável do capital nos dois setores não mudam, porque toda a mais-valia obtida se consome improdutivamente.

Quadro 1

Exemplo: Taxa de lucro

Capital	Capital constante	Capital variável	Taxa de mais-valia	Mais-valia	Valor do produto	Taxa de lucro
I)	4.000C _c	1000C _v	100%	1000	6000	20%
II)	2.000C _c	1.000C _v	100%	1000	4000	33%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para que se mantenha a situação de equilíbrio entre os dois setores, a soma do valor e da mais-valia do setor I (produção de bens de consumo produtivo) deve ser igual ao valor do capital constante empregado pelo setor II (produção de bens de consumo final ou individual). Tudo muda quando passamos para a reprodução ampliada, em que os capitalistas destinam parte da mais-valia obtida para ser capitalizada. O problema se traslada para o setor II, no qual as seções produtoras de bens de consumo devem realizar ou vender a mais-valia contida em seus respectivos produtos, ou seja, transformá-la em dinheiro antes de poder ampliar cada um deles à escala de sua produção. Sob o pressuposto metodológico e abstrato de que as mercadorias se vendem por seus valores, e de que cada setor realiza seu lucro individual, a questão não tem solução. Mas Marx demonstra que nas instâncias da concorrência intercapitalista e do movimento de capitais de um setor da produção para outro, segundo as diversas taxas de lucro individuais ou setoriais, os valores se transformam em *preços de produção* a instâncias de uma *taxa de lucro média*, que determina distintas *massas de lucro* segundo a magnitude do capital comprometido.

Quadro 2

Exemplo: Taxa de lucro média

Capital	Constante	Variável	Mais-valia	Preço de custo	Valor	Taxa de lucro	Preço de produção	Desvio do preço a respeito do valor
I	4.000	1.000	1.000	5.000	6.000	25%	6.250	+250
II	2.000	1.000	1.000	3.000	4.000	25%	3.750	-250

Fonte: Elaborado pelo autor.

Isso demonstra que a reprodução do capital se realiza segundo as exigências da lei do valor. Nesse caso, na sociedade, havia mais-valia demais produzida no setor I e, portanto, demasiados bens de consumo finais, não porque a demanda solvente fosse insuficiente, mas porque a massa de lucro nesse setor excedia as magnitudes do capital comprometido. O preço de produção das mercadorias produzidas pelo setor II deverá descer até por baixo de seu valor individual em 250 unidades monetárias, e em 250 por cima de seu valor nas indústrias do setor I. Tudo para que a parte da mais-valia produzida em excesso pela indústria do setor II possa transferir-se para o setor I, que, desse modo, acumulará mais capital e crescerá desigualmente em relação ao setor II.

A diferença de mais-valia capitalizada para cada setor traduz as diversas magnitudes de capital investidas em um e outro, em virtude da taxa de lucro média comum aos dois, o que se opera por meio do mercado, às costas dos agentes da produção capitalista:

Se as mercadorias são vendidas a seus valores, originam-se, tal como foi exposto, taxas de lucro muito diversas nas diversas esferas da produção, segundo a diversa composição orgânica das diversas quantidades de capital nelas investidas. Mas o capital se retira de uma esfera de baixa taxa de lucro e se lança a outra com maiores lucros. Em virtude desta constante emigração e imigração, em uma palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, na medida em que numa diminua a taxa de lucro e noutra aumente, o capital origina uma relação entre a oferta e a demanda de tal natureza que (como ocorre na física com a experiência dos vasos interligados) a taxa de lucro média se torna a mesma nas diversas esferas de produção, consequentemente os valores se transformam em preços de produção (custo de produção + taxa média de lucro). O capital atinge este nivelamento em maior ou menor grau quanto mais elevado for o desenvolvimento capitalista em uma dada sociedade nacional, ou seja, quanto mais adequadas ao modo capitalista de produção forem as condições do país em questão (MARX, 1984, Livro III, seção II, p. 150).

O movimento do capital produtivo determina os preços de produção que permitem distribuir os benefícios entre os capitalistas segundo o montante do capital investido por cada um deles, resultado que depende de três fatores: 1. a massa de mais-valia produzida pelo capital global; 2. a taxa geral ou média de lucro, isto é, a relação entre essa massa total de mais-valia e o capital global; e 3. a concorrência entre os capitais particulares pela procura do máxi-

mo benefício. A *taxa de lucro média* fixa os *preços de produção* e a composição orgânica média, ou seja, o *tempo de trabalho socialmente necessário*, conceito que, desse modo, aparece em sua determinação plena de significado econômico.

O grau de desenvolvimento específico da força social produtiva do trabalho é diferente em cada esfera particular da produção, sendo maior ou menor na mesma proporção em que seja maior ou menor a quantidade de meios de produção, ou “trabalho morto” (máquinas, matérias-primas etc.), posta em movimento por determinada quantidade de trabalho vivo, por determinado número de assalariados em uma dada jornada de trabalho. Os capitais de composição orgânica média são aqueles cuja massa de mais-valia produzida coincide com a realizada segundo a *quota de lucro média*, com preços de produção que não diferem de seus valores, como se vê no quadro a seguir.

Quadro 3

Exemplo: Preço de produção

Capital a)	$90c_c + 10c_v + 10p_v = 110$	(preço de produção = 120)
Capital b)	$80c_c + 20c_v + 20p_v = 120$	(preço de produção = 120)
Capital c)	$70c_c + 30c_v + 30p_v = 130$	(preço de produção = 120)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Marx diz que a *taxa geral de lucro* é a força impulsora da produção capitalista e constitui a lei reguladora da sociedade capitalista. Pela mesma razão, para Marx, a lei fundamental da concorrência capitalista não é a lei da oferta e da demanda entre mercadorias (os preços de mercado), mas a lei que rege a concorrência entre capitalistas (a taxa de lucro média e os preços de produção), que regula a distribuição da mais-valia entre eles, segundo a massa de capital com que cada um participa no negócio comum de explorar o trabalho assalariado.

Numa situação com tendência para o aumento da taxa de lucro, a inversão em capital fixo e circulante aumenta, e o desemprego cai diante da consequente maior oferta de emprego. O capital está em condições econômicas de conceder melhorias transitórias aos trabalhadores. No ponto mais alto da fase expansiva, e imediatamente depois da crise, quando a economia capitalista entra na fase de crescimento lento, parte do capital adicional começa a ser expulso da produção porque a taxa média de lucro não compensa seu investimento, o desemprego aumenta na mesma proporção que a inversão cai. É o

momento em que os capitalistas iniciam uma nova e mais pesada ofensiva sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados.

■ 2.1 Taxa de lucro e crise

Na primeira exposição da sua nova teoria (o *Manifesto do Partido Comunista*), Marx concedeu às crises do capital um lugar central como manifestação concentrada do caráter contraditório e da *temporalidade* do modo de produção capitalista:

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a produção contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que ao se repetir periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados como também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea (MARX; ENGELS, 2003, p. 31).

Concluindo assim:

O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las (MARX; ENGELS, 2003, p. 31).

A questão da *sobreprodução* já está aí indicada como motivo fundamental da crise de um regime que, em *O capital*, uma década e meia depois, será

definido como o da produção de *valor*, ou seja, como o da *autovalorização* do capital (que o capitalista representa como “a obtenção do lucro”). A superprodução capitalista é, portanto, uma superprodução de *valor*. Ernest Mandel (1976, p. 151) afirmou que

[...] é bem sabido que os quatro livros d’*O Capital* que Marx deixou, não contêm uma análise sistemática desse aspecto chave do modo capitalista de produção: o aparecimento periódico inevitável de tais crises. Em seu plano original, Marx havia reservado o tratamento completo deste problema para um sexto livro.

É fato que na sua *Introdução geral à crítica da economia política* de 1857, Marx tinha por objetivo estudar: 1. As determinações abstratas gerais que correspondem em maior ou menor medida a todas as formas de sociedade; 2. As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade territorial. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. Comércio entre elas. Circulação. Crédito (privado). 3. Síntese da sociedade burguesa sob a forma do Estado, considerado em relação consigo mesmo. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida nacional. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4. Relações internacionais de produção. Divisão internacional do trabalho. Comércio internacional. Exportação e importação. Curso do comércio. 5. O mercado mundial e a crise.

Cabe, entretanto, duvidar que uma “teoria da crise” separada da teoria da acumulação capitalista fosse necessária ou, como afirmou Fritz Sternberg (1979, p. 60):

[...] no capitalismo, o problema da reprodução em escala ampliada não pode se separar do fenômeno da crise. É evidente que a crise recente faz sua aparição como consequência da reprodução ampliada. Quando tem lugar a reprodução simples – como ocorreu durante séculos em estratos econômicos pré-capitalistas (tanto no Egito como na Índia, na China, na Europa e na Idade Média) – quer dizer, quando o plustrabalho é absorvido pelo consumo pessoal da classe dos senhores, a crise, que é específica do capitalismo, resulta impossível. Quando se produziam desequilíbrios no processo econômico, estes se originavam em fatores *extraeconômicos*.

Roman Rosdolsky (1979) explicou como a evolução teórica de Marx o levou a abandonar o plano original, o que deixaria sem fundamento a explicação de Mandel vinculada à falta de tempo de Marx para realizar seu projeto original.

Para sair desse impasse, é preciso colocar a obra de Marx em seu contexto histórico geral e específico. O primeiro momento importante para a descoberta dos componentes das crises veio com o maquinismo e a grande indústria, que, com seus aspectos originais, introduziu uma série de alterações no regime capitalista de produção, tornando-o, de certa forma, inédito e imprevisto. Os primeiros a se ocupar delas foram os economistas clássicos, cujo campo de observação foi, especificamente, a Inglaterra e a França. Para a maioria dos economistas clássicos que dominaram o pensamento econômico durante toda a primeira metade do século XIX, as primeiras crises industriais observadas apareciam como acidentes de natureza conjuntural no curso da acumulação de capital (ROSIER, 1988, p. 28).

Na obra de Adam Smith, por exemplo,

[...] não está presente o problema dos escoadouros necessários para que a produção se amplie. Smith não enfrenta o problema de como a procura se forma para enfrentar uma produção aumentada, consequência de uma ulterior acumulação de capital. Na sua concepção, todo o produto bruto anual é igual à soma dos salários, lucros e rendas. A poupança está destinada a transformar-se, no mesmo período (um ano) em que se forma, numa procura de bens de investimentos. Em suma, não há subtração de renda a ser usada no futuro (BARUCCI, 1977, p. 17).

Nessas condições, a *superprodução* não encontrava um lugar teórico específico.

Sob a perspectiva da economia política clássica, na Lei de Say o equilíbrio é o estado natural da economia. Haveria um equilíbrio natural (ou automático) entre produção e demanda, ou seja, a produção criaria sua própria demanda, e qualquer desequilíbrio só poderia vir de fora do sistema, da mesma forma que, de acordo com a mecânica clássica, os corpos se encontrariam em equilíbrio (primeira lei de Newton) até que uma força exterior os demovesse desse estado. Mas o retorno à condição anterior aconteceria sem interferência de nenhuma força externa. Por meio do livre jogo do mercado, da concorrência como mecanismo regulador da oferta e da demanda, naturalmente o sistema teria capacidade de recuperar seu equilíbrio. É preciso notar, porém, que a Lei de Say só se aplica a um sistema de oferta e demanda perfeito, sem a possibilidade da poupança individual por parte dos capitalistas.

Entretanto, os efeitos mais notáveis das inovações técnicas foram o rebaixamento dos custos e o aumento do volume da produção, mas não necessariamente o aumento da taxa de lucros. Sendo o lucro considerado a renda da classe dominante, os fatores que o propiciavam adquiriram relevância. Qualquer alteração nos lucros poderia exercer uma grande influência sobre os acontecimentos. Dentro dessa perspectiva, o problema da taxa de lucro surgiu como o primeiro elemento teoricamente causador das crises modernas.

David Ricardo, representante dos interesses dos industriais em oposição aos proprietários rurais da Inglaterra durante a Revolução Industrial, tentou explicar o problema com base em fatores externos ao sistema industrial, por meio da “lei dos rendimentos decrescentes”: o lucro dependeria da proporção de trabalho social requerido para obter a subsistência dos trabalhadores (diferença entre os salários e o valor do produto) e do custo da produção dos produtos em geral. A taxa de lucro dependeria dessas duas quantidades. Qualquer alteração no lucro só poderia ser feita alterando-se a proporção entre os salários e o valor do produto bruto.

Como as inovações técnicas rebaixaram os custos de produção, qualquer perturbação só poderia advir do aumento do custo dos gêneros de subsistência. Para aumentar os lucros, era preciso rebaixar os salários, o que só poderia ser feito se os produtos de subsistência também fossem rebaixados (principalmente por meio das importações, o que feria os interesses dos proprietários de terra). Ricardo (1996) também sustentava que a produção cria por si mesma sua própria demanda, isto é, o valor total dos produtos deveria corresponder ao valor da renda distribuída, sendo, portanto, impossível qualquer desequilíbrio causado por fatores intrínsecos ao sistema capitalista. Não entendia a tendência decrescente na taxa de lucro como um fator capaz de provocar perturbações.

Além disso, para Ricardo, a riqueza consistia apenas em valores de uso,

[...] convertendo a produção burguesa em mera produção para o valor de uso [...]. Considera a forma específica da riqueza burguesa algo puramente formal que não atinge o conteúdo do modo de produção. Por isso nega também as contradições da produção burguesa, as quais se tornam gritantes nas crises¹ (MARX, 1985, v. 3, p. 1109).

1 Para fazer tais afirmações, Marx (1985, v. 3) citou o seguinte trecho de *On the Principles of Political Economy*, de Ricardo: “A riqueza não depende do valor. Um homem é rico ou pobre de acordo com a abundância dos meios de subsistência e bens de luxo de que pode dispor. Foi a confusão entre a idéia de valor e a abundância ou riqueza que levou à afirmação de que se pode aumentar a riqueza, reduzindo-se a quantidade de mercadorias, isto é, as coisas necessárias, úteis e agradáveis à vida. Isso seria incontestável se o valor fosse a medida da riqueza, porque o valor das mercadorias aumenta com a escassez; mas se a riqueza consiste em meios de subsistência e de luxo, não pode ser acrescida por meio de redução da quantidade”.

Se, durante certo período, as crises apareciam como fenômenos anormais e inexplicáveis, a concepção cíclica as integrava em um movimento pendular que afetava os ritmos econômicos. A crise passava a ser “normal”, integrada ao ciclo: era este que devia ser estudado sob a forma do *trade cycle* ou *business cycle*. Sismondi (1971) e Malthus (1996) foram os primeiros a notar as crises como algo mais que um fenômeno conjuntural, ou seja, a considerá-las como um fenômeno ligado à natureza do capitalismo. Sismondi (1971) percebeu, sobretudo, a contradição fundamental do capitalismo, entre o valor de uso e o valor de troca: a crescente acumulação

[...] restringe cada vez mais o mercado interno, em virtude da concentração das riquezas nas mãos de um pequeno número de proprietários e a indústria é cada vez mais forçada a procurar saída para seus produtos nos mercados estrangeiros, onde os aguardam perturbações ainda maiores.

Malthus (1996) criticou Ricardo (1996) e aceitou, como Sismondi (1971), que as crises pudessem ser causadas por fatores intrínsecos ao capitalismo. Da mesma forma, entendia que a produção crescente com a acumulação não criaria automaticamente sua própria demanda, analisando o problema por meio do princípio da população, sustentando que a classe trabalhadora seria sempre excessiva em relação aos meios de subsistência. De acordo com Malthus (1996), a população tende a crescer mais rapidamente que o suprimento de alimentos disponível para atender às suas necessidades. Toda vez que ocorrem ganhos relativos na produção de alimentos por meio do crescimento populacional, um alto crescimento proporcional da população é estimulado; no entanto, se a população cresce mais rapidamente do que a produção de alimentos, esse crescimento acaba produzindo fome, dificuldades e guerras.

Seria possível a produção ultrapassar o consumo causando uma redução de preços e lucros, gerando superabundância e depressão no comércio se os equipamentos produtivos fossem aumentados às custas do consumo, isto é, os capitalistas instalariam máquinas que aumentariam a produção, todavia cortando postos de serviço, sacrificando assim o consumo. Os salários da classe trabalhadora não representariam mais que uma parte do valor que o assalariado produz, não poderia, portanto, adquirir a produção adicional resultante de um processo de acumulação crescente, pois teria a capacidade de consumo, mas não os meios (poder aquisitivo) para realizá-lo.

Os capitalistas, em virtude da ausência de consumo, teriam de vender os produtos aos trabalhadores a preços que seriam apenas suficientes para sua

própria sobrevivência, o que levaria a uma situação de desproporção entre a oferta e a demanda. A forma de evitar essa desproporção seria estimular o superconsumo dos segmentos localizados fora do processo produtivo industrial, tal como os proprietários de terra, por meio da distribuição, por diversos meios (renda fundiária, por exemplo) da riqueza dos capitalistas (cf. BOUVIER, 1988). Com esses argumentos, tanto Malthus (1996) quanto Sismondi (1971) introduziram o problema do subconsumo, atribuindo ênfase à limitação da demanda efetiva causada pela rigidez da massa salarial resultante da exploração econômica dos assalariados.

O segundo momento crucial para as teorias sobre as crises se estabeleceu com o trabalho de Marx, que levou em conta o fato de os economistas clássicos colocarem em evidência uma questão fundamental, o caráter aleatório de equilíbrio de um sistema econômico dinâmico em crescimento, dotado de um modo de distribuição de renda que não é coordenado nem com crescimento da produção nem com a sua composição. Marx já testemunhara diretamente a crise de 1846-1848: predominantemente agrária, seu epicentro localizou-se nas dificuldades que a agricultura europeia atravessava a partir de 1844, tendo início com a cultura de batatas na Irlanda e Inglaterra arruinada pelas pragas, ao que se seguiram dois anos de péssimas colheitas de cereais, fazendo subir os preços dos gêneros de subsistência e refletindo-se finalmente em uma queda brutal dos preços dos tecidos. Os preços dos gêneros alimentícios se elevaram, o que fez que as classes populares despendessem uma parte cada vez maior de sua renda com alimentação, o que causou convulsões sociais por toda a Europa (FLAMANT; SINGER-KEREL, 1993, p. 18).

Já o *Manifesto Comunista* atesta uma compreensão madura das crises periódicas: Marx deslocou o foco da interpretação dos economistas clássicos da esfera do consumo (a economia política clássica entendia a produção como criação de valores de uso) para a esfera das condições de investimento e produção (criação de valor e mais-valor). No volume III de *O capital*, dirá que

o volume das massas de mercadorias criadas pela produção capitalista é estabelecido pela escala dessa produção e pelo imperativo da expansão contínua dela, e não por uma órbita predeterminada da oferta e da procura, das necessidades a satisfazer (MARX, 1987, Livro III, seção II, p. 149).

Com isso, Marx rompeu com a noção de equilíbrio econômico estático da Lei de Say, que tornava impossível as crises de caráter endógeno e principalmente as de superprodução de valor e mais-valor, para ele, a forma natural

das crises capitalistas. Não só isso: Marx (1979, p. 1) também estabeleceu a vinculação da crise econômica com a revolução política ou, nas palavras de Engels (na sua introdução à reedição de *As lutas de classes na França*, escrito por Marx em 1850):

Desse modo, ele [Marx] extraiu, com toda clareza, dos próprios fatos, o que até então não fizera senão deduzir, semiaprioristicamente de materiais insuficientes, isto é, que a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e de março (de 1848).

■ 2.2 Crises e história

A compreensão de Marx associou-se precocemente a um novo tipo de crise que surgia no horizonte histórico. No período pré-capitalista, catástrofes naturais, como geadas, enchentes, secas, pragas e epidemias ou o envolvimento dos povos em guerras, provocavam queda na produção, gerando escassez e privações generalizadas. Eram as chamadas “crises de subprodução”. A amplitude dos efeitos dessas crises, contudo, dependia do modo como estavam estruturadas as relações sociais, sendo tanto mais graves quanto mais desigual a distribuição da produção social.

Exemplos clássicos de crises historicamente conhecidas em sociedades mercantis simples, nas quais a produção de mercadorias destinadas fundamentalmente à troca não dominava o conjunto da vida social, são as crises do Antigo Regime. As crises que assolaram os países europeus, nos séculos XVII e XVIII, eram mais localizadas, em geral diretamente relacionadas ao setor agrícola, daí irradiando-se para outros planos da estrutura socioeconômica. A Revolução Francesa, como demonstrou Ernest Labrousse (1962), esteve vinculada à grande crise que em 1789 vitimou a França, desencadeada pelas más colheitas, o que gerou carestia alimentar, fome, desemprego nas manufaturas, queda na renda feudal e extorsão fiscal.

Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, os países manufatureiros europeus, nos quais predominava a produção têxtil, França e Inglaterra especialmente, viram surgir outro tipo de crise: as denominadas “crises mistas”. Elas se distinguiam das primeiras por não estarem inteiramente determinadas pela conjuntura agrícola, embora o “mercado dos cereais” ainda exercesse forte influência sobre os rumos e ritmos da atividade econômica como um todo e da indústria leve de um modo particular.

Alguns autores consideraram a crise de 1848 como a última do gênero anteriormente referido e a de mais graves consequências sociais e políticas. O próprio Marx, ao analisar a Revolução de 1848 na França, associou a deflagração do movimento à crise do comércio mundial em 1847 e à crise econômica que assolou aquele país nos anos imediatamente anteriores ao conflito, provocada pela recessão e agravada pelas más colheitas de 1845 e 1846. Outros historiadores, que se dedicaram ao estudo das crises na economia francesa do século XIX, mostraram persistir ainda certa ligação entre a alta dos preços do trigo e as dificuldades na venda de tecidos durante a crise de 1861. Depois dessa data, porém, conforme demonstraram, esse vínculo não mais existia e a crise têxtil passou a apresentar certa autonomia em relação à conjuntura agrícola.

De qualquer modo, a partir de 1870, os mecanismos de ligação entre preços agrícolas e crises têxteis desapareceram definitivamente. As penúrias alimentares foram substituídas pelas superproduções relativas. Tiveram início então as “crises modernas”, ordenadas por um ritmo cíclico interno próprio. Embora cada crise apresentasse características próprias, correspondentes às conjunturas particulares nas quais se inscrevia, de uma maneira geral se faziam notar pela contração brutal da economia, dificuldade de escoamento da produção industrial, queda dos preços, falências de numerosas empresas, quebra da bolsa, desemprego e redução dos salários e tensões sociais. As primeiras tentativas de explicação para a ocorrência de crises e depressões profundas e periódicas nas modernas sociedades industriais vieram da escola clássica, fundadora da economia política, cujos representantes foram os primeiros teóricos da economia.

A economia clássica, em parte, baseava-se nas ideias dos fisiocratas franceses, para quem, por sua própria natureza, a economia funcionava perfeitamente bem. O mercado tendia naturalmente para o equilíbrio, desde que nada de estranho perturbasse a ordem natural das coisas. De acordo com esse raciocínio, as crises eram consideradas acidentes conjunturais que se passavam no curso do fenômeno essencial: a acumulação de capital pelos capitalistas ou “o aumento da riqueza nacional”.

Suas investigações recaíram fundamentalmente sobre as causas ou fatores que estimulavam ou, ao contrário, dificultavam a acumulação. A busca do lucro máximo fazia a economia crescer e expandir-se por meio do reinvestimento. Além disso, o lucro era considerado premissa para a melhora das condições de vida por meio do crescimento da produção e da produtividade, servindo, portanto, a toda coletividade. O mercado da livre concorrência, se-

gundo pensavam, deveria manter os interesses individuais em equilíbrio por intermédio da troca de valores equivalentes, a qual era determinada pela quantidade de trabalho contida nas mercadorias.

Contudo, nas primeiras décadas do século XIX, as perspectivas econômicas mostravam-se sombrias, tanto para os economistas como para os homens de negócios. Embora nas fases iniciais da era industrial, aproximadamente entre 1780 e 1815, as novas atividades não exigissem investimentos de capitais muito vultosos, os produtores de algodão e os industriais incipientes encontravam dificuldades para reinvestir no progresso social e promovê-lo. Aquelas classes ou setores que possuíam condições de investir – grandes proprietários de terra, grupos mercantis e financeiros – não se interessavam em fazê-lo. Assim, os investimentos tinham por pressuposto a manutenção dos salários em um patamar extremamente baixo, tendo por consequência a redução da massa de lucro. De fato, logo após o término das guerras napoleônicas, os lucros da atividade algodoeira na Inglaterra caíram a um nível tal que parecia justificar o temor dos economistas de que a sociedade poderia chegar a um “estado estacionário” (cf. HOBBSAWM, 1978; MAURO, 1976).

O pessimismo marcava o pensamento dos economistas clássicos. Para Ricardo (1996) – que publicou os *Princípios de economia política e de tributação* em 1817 –, a produtividade decrescente do cultivo da terra associada ao crescimento da população elevava de uma só vez os custos e os preços dos alimentos, conduzindo a uma correspondente elevação dos salários em termos monetários e dificultando ou impedindo a liquidez de capital. Em outras palavras, a tendência ao desnivelamento entre rendimentos do trabalho industrial e agrícola causaria elevação dos salários e diminuição dos lucros. A renda da terra seria favorecida e, conseqüentemente, os proprietários de terra, em detrimento da acumulação de capital.

Malthus (1996), como já foi dito, exacerbou o lastro pessimista dos clássicos, mostrando que a população crescia em uma progressão geométrica e os meios de subsistência segundo uma progressão aritmética. Considerado por muitos como “heterodoxo”, para ele não havia equilíbrio automático e a “lei de mercado” de Say era um mito. Para Marx, os estudiosos ingleses demonstravam profunda intuição em relação ao desenvolvimento da produção capitalista, ao perceberem na queda do lucro um gravíssimo entrave à acumulação. Contudo, a compreensão da realidade social por eles esboçada estava limitada não só pelas condições históricas, mas também pelo fato de seus principais representantes se posicionarem favoravelmente à expansão da economia burguesa.

A produção social possuía ainda um caráter marcadamente agrário, sendo igualmente de grande importância econômica o comércio ultramarino. O capitalismo não havia desenvolvido sua forma econômica plena, caracterizada pela produção industrial em larga escala e pela luta de classes cada vez mais acentuada entre capitalistas e trabalhadores. Assim, apesar de dedicarem atenção ao antagonismo dos interesses de classe, como o fez conscientemente Ricardo, percebiam no conflito de interesses entre capitalistas e proprietários de terra a contradição central da economia capitalista. E mais, os antagonismos de interesses de classe – como também a divisão do trabalho, as classes sociais, o mercado e a acumulação – eram vistos como uma lei natural da sociedade, não sujeita a determinações históricas.

Da mesma maneira, a expansão do modo de produção capitalista e o acirramento do conflito entre o capital e o trabalho deram origem tanto aos apólogos da economia burguesa, como aos críticos ou reformadores do sistema e aos seus opositores radicais. Ainda nas primeiras décadas do século XIX, quando persistiam as crises de superprodução para as quais a teoria clássica não tinha respostas satisfatórias, Sismondi (1971) foi um dos primeiros economistas a perceber no novo tipo de crise – industrial – um fenômeno ligado à natureza do sistema econômico capitalista.

Esse autor, em *Novos princípios de economia política* de 1819, afastava-se dos clássicos, que a viam como fenômeno conjuntural, e criticava abertamente o *laissez-faire* e a lei de Say, segundo a qual a produção criava seu próprio consumo. A anarquia da produção e a busca desenfreada de valores de troca, sem levar em conta as necessidades sociais, provocavam as crises de superprodução. Em outras palavras, o poder de consumo não crescia necessariamente com o aumento da produção. O consumo dependia do modo de distribuição da renda entre as classes sociais. Para Sismondi, o subconsumo das massas era a verdadeira causa das crises modernas do regime capitalista. O problema do “excedente” de produção não foi esclarecido por esses autores. Deram, entretanto, grande contribuição aos estudos das crises modernas ao apontarem o caráter aleatório do equilíbrio em uma economia dinâmica e em crescimento, na qual a repartição da renda não era coordenada com o crescimento da produção nem com a sua composição.

A partir das décadas de 1830-1840, o temor da economia política clássica mostrou-se, aparentemente, infundado. Nesse período, a industrialização entrou em uma nova fase, dominada pelas estradas de ferro, pelo carvão, pelo ferro e pela produção de aço. O ritmo da acumulação de capital não diminuiu; ao contrário, aumentou. Nos países desenvolvidos, o capital estendeu seu do-

mínio sobre toda a sociedade, e a burguesia conquistou o poder político nas duas grandes potências industriais da época: Inglaterra e França. O conflito de classes entre capitalistas e trabalhadores assumiu um caráter cada vez mais agudo e ameaçador, cujos reflexos se fizeram notar também na esfera do pensamento econômico.

A economia burguesa distanciou-se mais e mais daquele mínimo de imparcialidade e objetividade que se esperava de estudos científicos, para transformar-se, segundo as ferrenhas críticas de Marx, em uma ideologia da classe dominante. Os defensores partiam da convicção de que o capitalismo é a única economia possível, as categorias econômicas válidas para essa economia eram extensivas a todas as demais formas pretéritas de sociedade humana.

A teoria do valor-trabalho, desenvolvida pelos clássicos e que havia servido de arma para a burguesia contra antigos privilégios da nobreza e do clero, foi prontamente abandonada. Uma série de teorias foi surgindo, destacando-se a teoria dos custos de produção e a da utilidade marginal. A lei do valor-trabalho não possuía nenhum interesse prático para a burguesia vitoriosa. Sua atenção voltava-se inteiramente para o mercado. A produção não a preocupava como objeto de conhecimento teórico, e sim os preços estabelecidos pela livre concorrência, pelo jogo entre a oferta e a procura, enfim, pelo “mercado”. O problema das crises não se colocava, uma vez que toda e qualquer oscilação na economia era atribuída a um desequilíbrio passageiro do mercado, provocado quase sempre por fatores externos ou subjetivos.

De certa forma, a crise de 1848, a primeira a influenciar os trabalhos de Marx e Engels, foi a última e talvez a pior catástrofe econômica do Antigo Regime. Nela, entretanto, encontravam-se presentes simultaneamente elementos do moderno capitalismo, causando a onda revolucionária que abalou o continente em 1848, morrendo logo depois. A crise seguinte aconteceu em 1857 e esteve ligada ao incremento da quantidade de ouro em circulação no mercado mundial, elevada em cerca de um terço entre 1848 e 1856 em razão da descoberta de jazidas desse mineral na Califórnia e Austrália. As taxas de juros sofreram forte queda, condicionando o movimento internacional de capitais e mercadorias.

Essa crise teve início nos Estados Unidos, que havia recebido grande quantidade de população imigrante e grande quantidade de capitais, utilizados na especulação de terras e ferrovias. O primeiro sintoma da crise apareceu com a falência, em julho de 1857, do banco The Ohio Life Insurance and Trust Company, empenhado na especulação ferroviária, causando pânico financeiro nas bolsas americanas, que se espalhou pelas bolsas de valores da Europa, afetando

do as indústrias têxteis e siderúrgicas e causando desemprego. Em 1859, seus efeitos se reduziram, o desemprego parou de crescer e os preços começaram a se elevar novamente.

Em função dos acontecimentos passados de 1848, essa crise foi acompanhada com grande interesse por Marx e Engels. Segundo Eric Hobsbawm (1988, p. 174):

[...] a revolução européia, tão próxima no grande ano de esperança e desapontamento, desapareceu de vista. Marx e Engels tinham depositado esperanças no seu reaparecimento nos anos imediatamente subseqüentes. Eles olharam seriamente para uma nova explosão geral em seqüência à (e em consequência da) grande depressão global econômica de 1857. Quando isso não aconteceu, eles não a esperaram mais em um futuro previsível.

Após vinte e dois anos de prosperidade (com algumas interrupções) entre 1851 e 1873, o capitalismo conheceu uma crise de grandes proporções, sua primeira crise *mundial* moderna, que durou até 1895. Para Maurice Dobb (1974, p. 300):

[...] o que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada em meados da década de 1890, passou a ser encarada como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas de senilidade e decadência.

A crise originou-se na Áustria e Alemanha, países que experimentavam um intenso desenvolvimento industrial devido, em parte, às indenizações pagas pela França em virtude da guerra de 1871. Também os Estados Unidos sofreram mais violentamente seu impacto. Os altos dividendos da indústria alemã incrementaram a especulação, que se alastrou para as ferrovias e os imóveis beneficiados pela grande oferta de crédito. Subitamente, porém, os custos aumentaram e a rentabilidade começou a cair.

Inicialmente, a crise foi financeira e estourou em Viena, com a quebra da bolsa de valores, seguida de falências de bancos de financiamento austríacos, alemães e norte-americanos. Nos Estados Unidos, a depressão esteve ligada à

crise da especulação ferroviária. A simultaneidade na aparição de dificuldades, tanto de um lado como de outro da Mancha e do Atlântico, ilustra a integração das economias industriais em matéria comercial e mais ainda em matéria de movimentos de capitais (MARCEL; TAÏEB, 1996).

Durante esse período, o sistema capitalista experimentou um notável aumento de sua capacidade de produção resultante das novas tecnologias desenvolvidas a partir de novas fontes de energia como o petróleo e a eletricidade. Segundo Hobsbawm (1989, p. 58):

[...] a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço [...] multiplicou-se por vinte (de 500 mil para onze milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes.

A crise abriu espaço para a crescente monopolização das economias nacionais e permitiu a intensificação da expansão imperialista, acirrando a tensão entre as grandes potências capitalistas.

A teoria do *laissez-faire* triunfou enquanto perduraram as condições históricas favoráveis à adoção de uma política e economia liberais. Na Grã-Bretanha de meados do século XIX, mais do que em qualquer outro país do mundo, essas condições se fizeram presentes até que a “Grande Depressão” dos anos 1873-1896 a atingiu, como havia alcançado todos os demais países ou colônias integrantes da economia capitalista mundial. A expansão geográfica do capitalismo e a exploração dos mercados externos, dando início ao moderno imperialismo capitalista, foram a solução encontrada pela Europa para sair da crise.

O economista liberal “fabiano” John Hobson (1996), então, aplicou a teoria de Sismondi (1971) à nascente questão do imperialismo. A demanda de bens de consumo caía em função da distribuição desigual e da acumulação crescente de capital. Parte do lucro acumulado não podia ser reinvestida, resultando improdutiva e fazendo cair a taxa de expansão do capital. Para fazer frente à superprodução derivada do consumo insuficiente, fazia-se necessária a conquista de mercados externos, o que explicava a expansão imperialista. Hobson era também favorável à intervenção estatal, sobretudo no que dizia respeito à adoção de medidas que viessem a estimular o consumo.

■ 2.3 Crise e teoria

A insistência no subconsumo, tese que será retomada mais adiante por alguns economistas marxistas, levou a que vulgarmente se considerasse a existência de duas teorias da crise:

A primeira delas atribui ênfase à limitação da procura efetiva (rigidez da massa salarial resultante da exploração econômica dos assalariados). A segunda encontra a maior causa da crise na existência de uma propensão à superprodução, propensão essa que reflete a luta entre produtores que se opõem à tendência de baixa da taxa de lucro, procurando ganhar nas quantidades vendidas o que perdem por unidade: de onde decorre a hipertrofia do aparelho de produção e decorre também a superabundância de mercadorias (BOUVIER, 1988, p. 24).

Marx, na verdade, já tinha resolvido esse aparente problema. Para ele:

[...] é mera tautologia dizer que as crises decorrem da carência de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece outra espécie de consumo além do solvente, excetuando-se os casos do indigente e do gatuno. Tornarem-se as mercadorias invendáveis significa apenas que não encontraram compradores capazes de pagar, isto é, consumidores. Mas, se para dar a essa tautologia uma aparente justificação mais profunda, diz-se que a classe trabalhadora recebe parte demasiadamente pequena do próprio produto e que o mal seria remediado logo que recebesse parte maior com o aumento de salários – bastará então observar que as crises são sempre preparadas justamente em um período em que os salários geralmente sobem e a classe trabalhadora tem de maneira efetiva uma participação maior na fração do produto anual destinado ao consumo. Esse período, do ponto de vista destes cavalheiros do “mero” bom-senso teria, ao contrário, de afastar as crises. A produção capitalista patenteia-se, portanto, independentemente da boa ou má vontade dos homens, implicando condições que permitem aquela relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente e como sinal prenunciador de uma crise (MARX, 1987b, v. III, p. 439).

O período no qual se produziu o debate marxista sobre as crises econômicas foi precedido por uma crise de dimensões inéditas, marcando um ponto

de virada na história do capitalismo, cujas consequências foram a emergência do imperialismo capitalista, o redimensionamento do mapa industrial e econômico do mundo, a consequente redistribuição do poder político e militar e a redefinição do sistema monetário internacional no quadro do surgimento do capital financeiro como figura dominante do capital em geral.

O sistema econômico mundial testemunhou, nesse período, a marcha acelerada para uma etapa de tensões sem precedentes:

A vantagem comparativa na construção de indústrias novas (aço, química, energia e máquinas elétricas) passou da Inglaterra para os Estados Unidos e Alemanha, que poderão desfrutar de uma economia externa, já utilizada pela Inglaterra no século XIX: uma enorme ampliação do mercado interno. Os elementos decisivos foram a unificação alemã e o grande crescimento de sua população e a emigração em massa para os Estados Unidos.

[...]

A Inglaterra não conseguiu, em 1890-1914, responder ao desafio da segunda revolução industrial: sua indústria continua ligada aos produtos velhos, não aos novos... No mesmo período, o sistema financeiro se desenvolve de modo semelhante ao industrial e comercial. A Inglaterra perde importância em relação ao período 1870-1890, em que Londres dominava absolutamente os mercados financeiros: por causa de sua derrota (militar), Paris havia desaparecido, e Berlim ainda não era candidata a centro financeiro internacional. Nova York, capital financeira dos países devedores, era ainda pouco desenvolvida nesse sentido. Contrariamente, nos vinte anos seguintes, grandes instituições se desenvolveram nos principais países europeus e nos Estados Unidos. O sistema-ouro se estendeu às nações "civilizadas". [...] Nesses anos, assistimos à transformação de um sistema monetário internacional baseado na certeza da paz em outro que exprime a espera da explosão de uma guerra de dimensões mundiais (DE CECCO, 1971, p. 41, 63, 145, 172).

O próprio debate sobre as crises começou a refletir a espera e o temor quanto a esse conflito e, na verdade, muitas das posições que foram expressas refletiam o radicalismo das opções mundiais colocadas pela própria história. Os marxistas da "segunda geração",

[...] influenciados pela aceleração de todo um ritmo histórico a partir da virada do século, estavam voltados para duas direções: em primeiro lugar, as evidentes transformações do modo de produção capitalista, que haviam gerado

a monopolização e o imperialismo, e exigiam contínua análise e explicação econômica. Além disso, o trabalho de Marx começava, pela primeira vez, a ser objeto de crítica profissional (ANDERSON, 1989, p. 24).

Voltemos, por enquanto, a Marx e à sua elaboração do estatuto *teórico* da crise. Em *As lutas de classes na França 1848-1850* (MARX, 1979), a revolução de 1848 em Paris foi explicada pelo equilíbrio precário de forças de que dependia a monarquia de julho (Luís Filipe): uma parcela da burguesia (especuladores da bolsa, particularmente) levava o Estado a sucessivos déficits orçamentários que aumentavam a dívida interna mediante altas taxas de juros no mercado financeiro.

Isso prejudicava tanto os operários e camponeses (estes, vítimas de pesadas exações fiscais) quanto a burguesia industrial que investia produtivamente. A França mergulhou em uma recessão em 1847, agravada pelas más colheitas de 1845 e 1846. Em Paris, uma crise industrial e o refluxo do comércio exterior lançaram a massa de fabricantes e comerciantes ao mercado interno com grande voracidade: a competição repentina os arruinou, e esse setor da burguesia parisiense ingressou nas agitações revolucionárias de fevereiro de 1848.

Marx, embora com poucos materiais estatísticos, vinculou as explosões revolucionárias de 1848 à crise do comércio mundial de 1847; por sua vez, a consolidação dos regimes conservadores pós-1850 é atribuída ao fim dessa crise cíclica:

Sob esta prosperidade geral, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem (tão) exuberantemente quanto podem se desenvolver dentro das condições burguesas, não se pode nem falar de uma verdadeira revolução. Semelhante revolução só pode se dar naqueles períodos em que estes dois fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção, incorrem em mútua contradição. [...]. Uma nova revolução só é possível como conseqüência de uma nova crise. Mas é tão segura quanto esta (MARX, 1979, p. 34).

Como se vê, Marx já reconhece a crise cíclica como uma manifestação das contradições inerentes à estrutura econômica e ao modo de produção, e vincula aquela às crises sociais e políticas. Isso não significa reduzir a ação política a mero epifenômeno das condições de produção; ao contrário, já que a

reprodução econômica é indissociável da reprodução das relações sociais. Mas a análise profunda disso só é feita em *O capital*. Dessa forma, é o próprio caráter capitalista da produção que engendra as crises. Elas já estão potencializadas antes da realização do modo de produção capitalista, na circulação simples de mercadorias (M-D-M, ou Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria).

Na crise, uma parte das forças produtivas é destruída e, de forma violenta, recompõe-se na unidade perdida entre a produção material (processo de trabalho, valor de uso) e o seu caráter capitalista (processo de valorização, valor). A definição mais geral da crise na sociedade capitalista (como forma desenvolvida e qualitativamente diferenciada da sociedade mercantil simples) é que ela consiste na recomposição violenta da unidade entre processo de trabalho e processo de valorização, ou entre as esferas da produção e da circulação da mais-valia, separadas contraditoriamente e reunificadas pela própria lei de movimento econômico do capital.

A estrutura lógica das crises foi definida por Karl Marx em *O capital*, como vimos, desde sua forma mais simples, vinculada aos aspectos mais elementares do modo de produção capitalista que o antecedem historicamente (por exemplo, as formas mercadoria e dinheiro, descritas na circulação simples) até as crises “desenvolvidas”, vinculadas à lei de tendência à queda da taxa de lucro.

Deve-se realizar uma distinção entre crise *potencial* e crise *real* do capital, retomando a ideia do próprio Marx (1985, p. 78) expressa nas *Teorias sobre a mais-valia*:

A possibilidade geral das crises é a própria metamorfose formal do capital, a separação, no tempo e no espaço, da compra e da venda. Mas isso não é, nunca, uma causa das crises. Não é, com efeito, mais que a forma mais geral das crises; conseqüentemente, a crise em sua expressão mais geral.

Em sua forma mais desenvolvida:

[...] as crises do mercado mundial devem ser concebidas como a condensação real e o violento nivelamento de todas as contradições da economia burguesa. Os aspectos distintos que se condensam nestas crises deverão, portanto, manifestar-se e desenvolver-se em todas as esferas da economia burguesa e, quanto mais nos aprofundemos nela, mais teremos que investigar,

por um lado, novos aspectos desta contradição e, por outro, manifestar as suas formas mais abstratas como formas que reaparecem e estão contidas em outras mais concretas (MARX, 1985, p. 8).

Para Marx (apud COGGIOLA, 1982, p. 8-14), as diversas modalidades da crise respondem a um padrão comum:

Onde o processo de reprodução se estanca e o processo de trabalho se restringe ou, em parte, se detém, destrói-se um capital efetivo. O maquinário que não se emprega não é capital. O trabalho que não se explora equivale a uma produção perdida. As matérias-primas que ficam inúteis não são capital. Os valores de uso (assim como o maquinário recém-construído) que não são empregados ou que ficam por terminar, as mercadorias que apodrecem nos armazéns: tudo isso é destruição de capital. Tudo isso se traduz em um estancamento do processo de reprodução e no fato de que os meios de produção não entram em jogo com este caráter. Tanto seu valor de uso como seu valor de troca se perdem, portanto.

Em segundo lugar, existe destruição de capital nas crises, pela depreciação de massas de valor, que as impede de voltar a se renovar mais tarde, na mesma escala, seu processo de reprodução como capital. É a queda ruínosa dos preços das mercadorias. Não se destrói valores de uso. O que perdem alguns, ganham outros. Mas, consideradas como massa de valor que atuam como capitais, vêm-se impossibilitadas de se renovar nas mesmas mãos como capital. Os antigos capitalistas se arruinam.

A distinção metodológica entre gênese histórica e categorias lógicas da economia já fora realizada por Marx (1969, p. 15) na sua *Introdução* de 1857 (que permaneceu inédita até inícios do século XX):

Seria impraticável e errôneo alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. Sua ordem de sucessão está, por outro lado, determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna e é exatamente o inverso do que pareceria sua ordem natural ou do que corresponderia à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Não se trata da posição que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das distintas formas de sociedade.

Muito menos de sua ordem de sucessão “na Idéia” (Proudhon) (uma representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna.

Em seus esquemas de reprodução, Marx estabeleceu as relações entre os setores (ou departamentos) básicos da produção capitalista, o de bens de consumo e de bens de produção, bem como seu ponto de equilíbrio. Aí ele localiza o mecanismo gerador da superprodução, a partir da qual certos autores entendem ser possíveis crises de desproporção. Para Marx, “a realidade da acumulação capitalista exclui a igualdade entre IIC e I ($V + m$)”². Entretanto, mesmo na acumulação capitalista, pode ocorrer que, em virtude da marcha dos processos de acumulação efetuados no decurso de períodos de produção anteriores, IIC seja igual ou mesmo superior a I ($V + m$). Assim, haverá em II superprodução que só poderia ser liquidada por um grande Craque, em virtude do qual se transferisse capital de II para I. Visto de outro ângulo, essa propensão à superprodução refletiria a luta entre os produtores que, opondo-se à tendência decrescente da taxa de lucros, procurariam ganhar nas quantidades vendidas o que perderiam por unidade, de onde decorreriam a hipertrofia do aparelho de produção e a superabundância de mercadorias.

Marx, (1996, p. 213) colocava o problema da seguinte forma:

A produção em massa só pode ter por comprador imediato, além de outro capitalista industrial, o comerciante por atacado. Até certo ponto, pode dar-se o processo de reprodução na mesma escala ou em escala ampliada, embora as mercadorias dele oriundas não entrem realmente no consumo individual ou produtivo. O consumo das mercadorias não está incluído no ciclo do capital do qual sai. [...] Do ponto de vista do produtor capitalista, tudo segue o seu curso normal desde que se venda o produto. Não se interrompe o ciclo do valor-capital que ele representa. Se esse processo é ampliado, o que implica em consumo ampliado nos meios de produção, pode acompanhar essa reprodução do capital maior consumo (de natureza individual), e conseqüentemente procura, da parte dos trabalhadores, uma vez que o consumo produtivo instaura e possibilita o processo. [...]

2 Condição de equilíbrio entre os dois setores no esquema de reprodução simples, num sistema fechado, sem variações. O IIC é o capital constante do setor de bens de consumo; IV, o capital variável do setor de bens de produção; e IM, a mais-valia no setor de bens de produção.

Assim, pode aumentar a produção da mais-valia e com ela o consumo individual do capitalista, encontrar-se em pleno progresso todo o processo de reprodução, e, apesar disso, grande parte das mercadorias ter entrado na esfera da circulação apenas na aparência, continuando na realidade armazenada nas mãos dos revendedores sem ser vendida, retida portanto no mercado. [...]

Uma remessa de mercadoria sucede a outra, para se verificar no fim que a remessa anterior apenas aparentemente foi absorvida pelo consumo. Os capitais-mercadorias disputam entre si um lugar no mercado. Os retardatários, para vender, vendem abaixo do preço. As remessas anteriores de mercadorias não foram ainda liquidadas, mas já venceram os prazos de pagá-las. Quem detém as mercadorias invendáveis tem de declara-se insolvente ou vendê-las a qualquer preço, para pagá-las. Essa venda nada tem a ver com a verdadeira situação da procura, está relacionada apenas com a procura de meios de pagamento, com a necessidade absoluta de converter mercadoria em dinheiro. Estala então a crise. Torna-se visível não na queda imediata da procura de mercadorias de consumo, da procura relacionada com o consumo individual, e sim na diminuição da troca entre os capitais, do processo de reprodução do capital.

As crises seriam então o limite à expansão da acumulação, o ponto em que essa expansão não se dá mais de forma lucrativa, ou tão lucrativa quanto antes (MATTICK, 1980). É a contradição entre a expansão da produção e a criação de valor, que se expressa na impossibilidade de o mercado assimilar a produção excedente.

■ 2.4 Crise e reprodução do capital

A periodicidade das crises seria determinada pelo próprio movimento de rotação do capital, cada vez mais intenso conforme as necessidades do ritmo da acumulação:

Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a magnitude, e a duração, do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga esta vida, por outro a encurta

por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Daí a mutação dos meios de produção, e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente. [...] Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por uma parte fixa, tornam-se uma base material para as crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o novo ciclo de rotações (MARX, 1984, p. 49).

Para Marx, as crises periódicas eram a regra, e não a exceção dentro do capitalismo; não um acidente, mas seu elemento determinante. É com base na definição mais geral da produção capitalista como produção de *valor*, que Marx determina o caráter *orgânico* das crises nela:

De um lado, desenvolvimento irrestrito da produtividade e aumento da riqueza que, ao mesmo tempo, consiste em mercadorias e tem de se converter em dinheiro; do outro, a base econômica restringe a massa de produtores aos meios de subsistência. Por isso, as crises, em vez de acidentes, como pensava Ricardo, são erupções essenciais, em grande escala e em períodos determinados, das contradições imanentes (MARX, 1984, p. 49).

A potenciação das crises na circulação simples explica-se do seguinte modo: a compra e venda de mercadorias perfaz uma *unidade interna*, pois, se um vende, outro compra, o que é um truísmo. Entretanto, a circulação de mercadorias rompe paulatina e historicamente as amarras da troca natural, da preponderância da produção voltada para o valor de uso, e abrange espaços econômicos maiores, suscitando tempos de realização das mercadorias díspares e imprevisíveis para cada unidade produtora. Tal fato implica que a unidade interna da “compra-e-venda” só se faz valer em antíteses externas, porque se elimina a identidade imediata entre compra e venda, a qual existe no ato puro da troca natural, direta, sem a mediação da *forma de aparência* que é o valor de troca.

Ipsa facto a própria contradição imanente da produção capitalista se expressa no aparente paradoxo de que um trabalho concreto, específico, privado, precise ser *representado* como trabalho abstrato, geral e social, ou seja, a crescente dissociação do valor de troca (essa representação ou signo de valor) da materialidade sensível do produto orienta a produção exclusivamente em termos monetários, e qualquer impossibilidade circunstancial de realização das mercadorias resolve-se por meio de uma crise que destrói as forças produtivas.

Ora, como se sabe, o senso comum fixa os valores de uso como valores puramente de troca no cálculo contábil que orienta as atividades práticas naquilo que os economistas hodiernos denominam “agentes econômicos”. Nesses valores de troca, apagam-se as qualidades sensoriais dos produtos numa “geléia indiferenciada de trabalho abstrato” (MARX, 1987b). Mas o valor é uma relação social idealmente autônoma no pensamento em face dos elementos relacionados. No intercâmbio concreto, porém, a contradição entre o caráter específico de valor de uso da mercadoria e o seu caráter genérico de valor de troca exige a mediação de uma abstração (valor) objetivada. O valor é uma relação social que precisa ser representada, simbolizada em um signo de valor, concreto, que a realize: o valor de troca.

A cisão que torna autônomo o valor de troca, dando-lhe existência própria e separada, é simbolizada pelo dinheiro como potência autônoma, poder externo e estranho aos produtores de mercadorias: a forma natural e a forma social dos produtos são contrapostas:

O valor de troca cindido das próprias mercadorias e existente ele mesmo junto a elas é: dinheiro. Todas as propriedades da mercadoria enquanto valor de troca se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela, como uma forma de existência social cindida de sua forma de existência natural (MARX, 1987b, p. 70).

No primeiro livro de *O capital* (capítulo XXI), Marx (1987) demonstra o caráter social da reprodução:

O processo de produção capitalista reproduz, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador.

E, no capítulo XX do segundo livro, igualmente destinado à pesquisa da reprodução simples, Marx (1987) diz quanto à composição do produto social: “Ele abrange, ao mesmo tempo, a reprodução (isto é, manutenção) da classe capitalista e da classe trabalhadora e, portanto, também a reprodução do caráter capitalista do processo de produção global”.

A reprodução dos fatores imediatos da produção (meios de produção e força de trabalho) e a reprodução das relações sociais de produção capitalistas (separação entre produtor e meios de produção, apropriação privada do produto social etc.) são duas faces da mesma moeda. A reprodução abrange e é determinada pela materialidade dos elementos do capital produtivo, mas é inseparável da reprodução das relações jurídicas, dos valores culturais, da ideologia etc. A reprodução da força de trabalho, portanto, inclui a reconstituição perene dos *mores* expressivos da sua subsunção ao capital, tais como: ideologia da submissão, hierarquia, direção, comando, disciplina etc.

A reprodução do capital individual pode ser entendida exclusivamente em termos de valor, e, por essa razão, as crises só aparecem potencializadas no processo de circulação em virtude de fatores apenas indiretamente vinculados à produção. Quando se considera a reprodução do capital social, na qual se explicita a diversificada divisão social do trabalho no capitalismo, a reprodução deve ser vista não só a partir do ciclo do capital monetário (D - D’), mas também no ciclo do capital-mercadoria (M’ - M’), em que M’ já aparece prenhe de mais-valia e pressupõe a valorização do capital. Isso implica demonstrar como se equilibram os diversos capitais individuais e os dois departamentos da produção social, a saber: o departamento I que produz bens de capital, e o departamento II que produz bens de consumo.

A comprovação explícita da superação conscientemente obtida por Marx (1987b) de uma visão empirista e circulacionista das crises está no posfácio à segunda edição de *O capital*:

O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vai e vens do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante – a crise geral (MARX, 1975* apud COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 23).

Aí se revelam as duas visões: a primeira, que não ultrapassa a mera constatação dos “vai e vens do ciclo periódico” industrial, identifica-se com a “ideo-

* MARX, L. *Capítulo inédito d’O Capital*. Porto: Escorpião, 1975.

logia do burguês prático”; a segunda abarca o movimento real, pleno de contradições, cujas manifestações fenomênicas são as crises. Nessa abordagem totalizadora, as crises aparecem ligadas *organicamente* a uma estrutura, compreendida em seu automovimento de produção e reprodução e em sua lógica interna, o que permite ver as crises em toda a sua potencialidade de ingerência em outros patamares da vida social.

Antes de Marx, ninguém conseguira deduzir os limites da produção capitalista como algo que lhe fosse imanente e lhe denunciasse sua historicidade e transitoriedade: a autoexpansão do capital possui contradições incuráveis. Nas palavras de Marx (1987b), no livro III de *O capital*:

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital, isto significa que o capital e o aumento do seu valor surgem como o ponto de partida e o termo, a causa e a finalidade da produção. A produção não passa de uma produção para o capital e não o contrário; os meios de produção não são apenas meios para alargar constantemente o processo vital da sociedade dos produtores, os limites fora dos quais não se pode realizar a conservação e o aumento do capital – valor – assente na expropriação e no empobrecimento de vastas massas de produtores entra constantemente em conflito com os métodos de produção aos quais o capital recorreu para atingir os seus fins, métodos que continuam o alargamento ilimitado da produção que, de certo modo, reduzem esta última a ser a sua própria finalidade e que também tendem para o desenvolvimento absoluto da produtividade social do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas – entra em conflito permanente com a finalidade – crescimento do valor do capital existente (MARX, 1975 apud COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 23).

Quando trata da rotação do capital variável, Marx propõe a comparação, sob diversos ângulos, de dois modelos teóricos de inversão de capital produtivo, distintos em virtude do número de rotações realizadas pelo capital adiantado em um ano. Sob a mesma taxa de mais-valia e igual valor desembolsado a cada determinado número de semanas, um capital A que gira dez vezes mais que um capital B pode movimentar a mesma massa de trabalho, auferindo uma taxa anual de mais-valia dez vezes maior.

Imagine-se que A adianta 500 libras esterlinas a um prazo de cinco semanas quando o seu capital reflui acrescido de 500 libras esterlinas de mais-valia; o capital B, que gira só uma vez ao ano e não dez vezes como A, precisa reinvestir 500 libras sempre novas após cinco semanas e que não tenham

refluído do emprego produtivo da força de trabalho. Só depois de 50 semanas (1 ano), refluirão 5.000 libras esterlinas que são o adiantamento do capital B (500×10 , sendo 10 o número de rotações de A).

Note-se que, enquanto A obtém em um ano as mesmas 5.000 libras repostas, necessita adiantar inicialmente para todo ano apenas 500 libras (estamos sempre abstraindo o capital constante e considerando as taxas de mais-valia em A e B idênticas, de 100%). Para o capital A, a taxa anual de mais-valia (m'/ano) é igual ao quociente obtido pela divisão da massa anual de mais-valia ($M/\text{ano} = 5.000$) pelo capital variável adiantado ($v = 500$), ou seja, igual a 1.000% (mil por cento!). Para B, temos (considerando-se $m'/\text{ano} = 100\%$): $m'/\text{ano} = m'/v = 5.000/5.000 = 100\%$.

A diferença provém dos diferentes números de rotações dos capitais A e B em um ano; logo, a taxa de mais-valia é maior de acordo com o número de rotações do capital variável em um ano. A exposição sucinta de ambos os modelos permite compreender a possibilidade da crise proveniente da irracionalidade do modo de produção capitalista quando a rotação do capital variável é considerada socialmente (não se considera aqui a parte constante do capital por não agregar valor novo ao capital, sendo irrelevante para o cálculo da mais-valia e da taxa de mais-valia; além disso, a parcela fixa do capital constante – a qual perdura por diversos processos produtivos – não é renovada em prazos menores como a força de trabalho).

■ 2.5 Queda tendencial da taxa de lucro

Devem-se observar agora, do ponto de vista da sociedade, os capitais A e B (cabe recordar que é imprescindível para a continuidade da acumulação capitalista a reprodução do capital variável em prazos não muito dilatados): depois de cinco semanas, os trabalhadores sob o capital A não só repõem em mercadorias o valor da sua força de trabalho (isto é, podem comprar um valor em mercadorias necessárias igual ao valor do seu salário), como também uma mais-valia de 100% desse valor. A mesma coisa ocorre ao final das outras nove rotações do capital A em um ano.

Por sua vez, B também paga os salários dos seus trabalhadores depois de cinco semanas, por exemplo, e estes lançarão seus salários no mercado para a compra de seus meios de subsistência; contudo, sem nada pôr no lugar além de dinheiro, ou seja, retiram do produto social o que ainda não deram na forma concreta de mercadorias que possam ser consumidas produtivamente, seja por outros trabalhadores, seja por processos produtivos específicos das uni-

dades empresariais capitalistas (no caso de A, os trabalhadores comprarão mercadorias por eles já repostas no mercado – obviamente, do ponto de vista da divisão social do trabalho, pouco importa se produzem bens de capital que eles mesmos não consomem ou um único bem de consumo.

Os trabalhadores sob o capital B certamente repuseram em cinco semanas o valor da sua força de trabalho, mas, como as mercadorias só estarão prontas e vendáveis após 50 semanas, a sua forma de valor ainda não foi realizada: recebem dinheiro que só terá equivalente em mercadorias, do ponto de vista da reprodução do capital social, depois de 50 semanas (abstraindo-se o tempo de circulação): Seu valor certamente está repostado por novo valor, portanto renovado, mas sua forma de valor (aqui a forma de valor absoluta, sua forma-dinheiro) não está renovada.

Os trabalhadores sob o capital B podem, de acordo com o maior tempo de rotação desse capital, retirar do produto social mais do que a sociedade pode fornecer como reserva para isso:

A coisa se reduz simplesmente ao fato de que a sociedade precisa calcular de antemão quanto trabalho, meios de produção e meios de subsistência ela pode, sem qualquer quebra, aplicar em ramos de atividades que, como a construção de ferrovias, não fornecem por um tempo mais longo, um ano ou até mais, meios de produção nem meios de subsistência, nem efeito útil, mas retiram trabalho, meios de produção e meios de subsistência do produto total anual. Na sociedade capitalista, ao contrário, onde a racionalidade social só se faz valer *post festum*, podem e têm de ocorrer constantemente grandes perturbações. Por um lado, a pressão sobre o mercado de dinheiro enquanto, inversamente, a folga no mercado de dinheiro provoca, por sua vez, o surgimento em massa de tais empreendimentos, portanto, exatamente as circunstâncias que mais tarde provocam a pressão sobre o mercado de dinheiro. O mercado de dinheiro é pressionado porque o adiantamento de capital monetário em grande escala aqui se torna constantemente necessário por longos períodos. Abstraindo-se completamente que industriais e comerciantes jogam em especulações com ferrovias etc. o capital monetário necessário para a operação de seu negócio e o repõem por empréstimos tomados no mercado de dinheiro. Por outro lado, há a pressão sobre o capital produtivo disponível da sociedade. Como elementos do capital produtivo são retirados constantemente do mercado, e apenas um equivalente monetário é aí lançado pelos mesmos, sobe a demanda solvível sem fornecer por si mesma nenhum elemento de oferta. Sobem os preços, portanto, tanto dos meios de subsistência quanto dos materiais de produção (MARX, 1987, p. 185).

Evidentemente, essa alta geral dos preços afeta todos os trabalhadores, reduzindo os salários relativamente, de maneira que as perturbações oriundas das contradições imanentes da produção capitalista têm seus efeitos visíveis na deterioração do valor da força de trabalho – trata-se aqui de mais um caso da contradição fundamental entre a lógica de acumulação do capital individual e a própria acumulação do capital social.

O estudo da reprodução simples também possui relevância metodológica para a análise das crises. Quando Marx a analisa no volume primeiro de *O capital*, capítulos XXI e XXII, ainda não apresenta a compreensão do processo de circulação do capital (volume II), sendo desnecessário desenvolver a análise da reprodução do capital de um ponto de vista social e investigar o pressuposto teórico da acumulação, a reprodução simples, em todas as suas potencialidades, incluindo as crises de desproporção entre os dois departamentos da produção social. Apenas na reprodução simples, é possível solucionar previamente os pressupostos teóricos do estudo da acumulação, pois, naquela, a “renda líquida” (Adam Smith) aparece nitidamente diferenciada da parte somente reproduzida do capital inicial.

Entretanto, na acumulação, a renda líquida não é consumida improdutivamente como na reprodução simples, mas investida em conjunto com o resto do capital reproduzido:

As dificuldades principais [...] aparecem não no exame da acumulação, mas no da reprodução simples. Por isso, tanto Adam Smith como anteriormente Quesnay (no *Tableau Économique*) partem da reprodução simples quando se trata do movimento do produto anual da sociedade e de sua reprodução mediada pela circulação (MARX, 1996, p. 224).

A reprodução do capital individual pode ser entendida exclusivamente em termos de valor, e, por isso, as crises só aparecem virtualmente no processo de circulação por causa dos fatores exógenos (como a demora na realização). É preciso aqui demonstrar como se equilibram os intercâmbios entre os diversos capitais individuais e entre os dois departamentos da produção social, a saber: departamento I (produz meios de produção) e departamento II (produz meios de subsistência). Marx assume como pressuposto a ausência de perturbações (crises) na circulação, abstraindo o desgaste dos meios de trabalho (elementos constitutivos do capital fixo) e elabora o seguinte esquema:

$$\text{I: } 4.000 c + 1.000 v + 1.000 m = 6.000 \text{ (valor dos meios de produção)}$$

$$\text{II: } 2.000 c + 500 v + 500 m = 3.000 \text{ (valor dos bens de consumo)}$$

Seja c o capital constante investido em meios de produção; v , o capital variável adiantado na contratação da força de trabalho; m , a mais-valia (a taxa de mais-valia, constante, é $m' = 100\%$ nos dois departamentos). No departamento II, o valor agregado $1.000 \text{ II } (v + m)$, ou seja, $500 v + 500 m$, deve ser reposado por meios de consumo para manter vivos os operários IIv e os capitalistas II m (na reprodução simples, a mais-valia é consumida improdutivamente pela classe capitalista). Resultado: salários IIv e mais-valia II m são trocados pelo produto do próprio departamento II e se “evaporam”.

O departamento I, porém, precisa realizar $1.000 v + 1.000 m$ ou $2.000 \text{ I } (v + m)$ em meios de consumo do departamento II. Este possui bens de consumo corporificando um capital constante de $2.000 \text{ II}c$, os quais são cedidos para realizar os $2.000 \text{ I } (v + m)$. Em contrapartida, II recebe elementos de capital constante (meios de produção) de I nos quais se materializavam $2.000 \text{ I } (v + m)$ antes da troca.

Os $4.000 \text{ I}c$ apenas repõem o capital constante de I e se liquidam em trocas mútuas entre os capitais individuais do departamento I. Eis o “equilíbrio do sistema na reprodução simples: $\text{I } (v + m) = \text{II}c$, o que “não é a expressão, do ponto de vista econômico, de um estado de equilíbrio, mas sim de uma crise”, porque implicaria uma paralisação da acumulação se fossem transcendidos os limites da reprodução simples.

Sem extrapolar o âmbito da análise, ressaltemos os resultados: 1. Marx equaciona (estabelece igualdades) no intercâmbio social; 2. a reprodução simples é o pressuposto da acumulação; 3. na acumulação, ela é um momento particular de crise. A reprodução ampliada, por outro lado, pressupõe $\text{I } (v + m) > \text{II}c$, variando as formas em que se divide “ m ” em “ v ” e “ c ” e a taxa de acumulação. Apesar disso, $\text{II}c$ poderia ser igual ou maior que $\text{I } (v + m)$ momentaneamente (crise de superprodução em II). Isso seria uma superprodução em II e apenas poderia ser compensada por uma crise, em consequência da qual se transferisse capital de II para I.

Dos esquemas de reprodução, só podemos deduzir crises cíclicas que periodicamente perturbam a acumulação de capital, embora tenham uma influência na crise estrutural, de efeitos lentos e graduais. A crise estrutural do capital, a qual diz respeito ao colapso do sistema, surge na análise teórica

quando se observam as potencialidades dos resultados do progresso técnico e sua influência sobre a queda tendencial da taxa de lucro. A incompreensão dessa lei está geralmente vinculada à sua discussão com base nas categorias vulgares de “preço” e “lucro” que são, segundo Marx (1996), “uma forma transmutada derivada da mais-valia... uma forma burguesa, na qual se apagaram as marcas de sua origem”. Sob essas formas, a lei do valor continua imperando, mas desaparece da superfície dos acontecimentos, onde a *mais-valia* e o *valor* foram ocultos pelo *lucro* e pelos *preços*.

No funcionamento do capitalismo, desempenha um papel central a chamada “lei da tendência decrescente da taxa de lucro”. Essa lei – a mais importante da economia política, segundo Marx – era de fato compartilhada por todas as escolas do pensamento econômico, desde Adam Smith até Paul Samuelson, mas sua explicação e seu papel no sistema teórico de cada autor são muito diversos. Em Marx, a insistência nessa lei tinha por objeto descartar outras explicações alternativas da crise, muito populares na sua época: a crise de subconsumo, criticada no socialista Sismondi ou no conservador Malthus.

Para Marx, o subconsumo é característico de toda sociedade de classes, não específico da sociedade capitalista. A explicação da crise como um excesso (relativo) de oferta, ou como insuficiência (relativa) de demanda, só pode ser reivindicada por aqueles que tudo reduzem à oferta e à demanda, mas não pelos que pretendem demonstrar que a oferta e a procura não explicam nada em si mesmas, mas que têm de ser explicadas por algo distinto, a acumulação do capital. Para o capitalista, o cálculo de preços é o único que lhe parece válido e deixa os outros para os que queiram perder tempo com o que ele considera especulações teóricas, tal como as noções de “fonte de valor”, “origem da mais-valia” etc. Ele e os “economistas” só estão preocupados com o lucro. Mas o fato de não saber onde esse lucro tem origem lhes reserva as maiores surpresas.

Para o capitalista, existe uma maneira muito simples de burlar a taxa média de lucro e obter um lucro superior (o que é forçado a fazer antes que outro o faça em seu lugar e o tire do mercado): reduzir os *custos de produção* e continuar vendendo conforme os preços determinados pela taxa média de lucro. Para isso, deverá aumentar a *produtividade do trabalho*, com o que reduzirá o custo de cada mercadoria produzida. Mas, para conseguir isso, é necessário investir em novas máquinas, mais aperfeiçoadas, e com isso não fará mais do que aumentar a proporção do *capital constante* em relação ao *capital variável*.

Os outros capitalistas, alarmados pela audácia de seu adversário, farão a mesma coisa, isso se não se retirarem, vencidos, do mercado. O resultado final

do movimento será que no conjunto de um ramo de produção, ou no conjunto da economia, terá se alterado a relação entre *capital variável* e *capital constante* a favor deste último. Sabemos que a mais-valia provém do trabalho vivo, é equivalente à parte variável do capital (salários) e isso não deixa de ter consequências para o deus do capitalismo, a *taxa média de lucro*. Esta é igual a $l = m / (c + v)$ ou, o que é o mesmo, m/K , sendo K a totalidade dos capitais investidos ($c + v$). Imaginemos várias situações nas quais aumentou c (capital constante) e uma taxa de mais-valia (de exploração) igual a 100%:

$$\text{Se } c = 50, v = 100, m = 100 \quad l' = 100 / 150 = 67\%$$

$$\text{Se } c = 100, v = 100, m = 100 \quad l' = 100 / 200 = 50\%$$

$$\text{Se } c = 200, v = 100, m = 100 \quad l' = 100 / 300 = 33\%$$

$$\text{Se } c = 300, v = 100, m = 100 \quad l' = 100 / 400 = 25\%$$

Com igual capital variável e idêntico grau de exploração, o aumento de capital constante (ou, o que é o mesmo, o desenvolvimento das forças produtivas) produziu uma *queda da taxa média de lucro*. Note-se que o capital variável (ou seja, o número de operários empregados) e a mais-valia poderiam ser aumentados sem que isso impedisse a taxa de lucro de baixar. Com os mesmos números do exemplo anterior:

$$\text{Se } c = 50, v = 100, m = 100 \quad l' = 100 / 150 = 67\%$$

$$\text{Se } c = 100, v = 150, m = 150 \quad l' = 150 / 250 = 60\%$$

Ou seja, teria aumentado a massa de lucro, mas baixado a taxa de lucro, isto é, o lucro por unidade de capital investido.

A massa absoluta de lucro [...] pode aumentar então, e fazê-lo de forma progressiva, apesar da baixa também progressiva de lucro. Este não só pode ser o caso. Deve sê-lo sobre a base da produção capitalista (MARX, 1987, p. 251).

Isso não impede que o objetivo do capitalista (o rendimento do capital investido) seja cada vez menor.

Como o aumento do capital constante – o aumento da produtividade do trabalho – é o único meio de que cada capitalista dispõe para aumentar seus lucros e vencer na concorrência com outros capitalistas (antes de ser vencido por estes), tudo isso significa que o interesse de cada capitalista encontra-se em contradição com o interesse do capitalismo em seu conjunto, já que o aumento do lucro individual provoca uma queda do lucro do conjunto do capital. Ao incrementar a produtividade do trabalho, o capitalista se beneficia com um aumento da mais-valia relativa.

Mas, para isso, deve aumentar o capital constante em relação ao variável e em virtude da lei que acabamos de ver:

[...] a taxa de lucro [...] está em proporção inversa ao aumento da mais-valia relativa ou do sobre-trabalho relativo, ao desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, à magnitude do capital empregado na produção como capital constante [...] quanto mais cresce a mais-valia relativa – a força criadora do valor, própria do capital – tanto mais cairá a taxa de lucro (MARX, s. d.)

O deus do capital tende à autodestruição: o lucro tende a zero, o capital tende a abolir a si mesmo. A lei que assim o prova

[...] é, do ponto de vista histórico, a lei mais importante (da economia). Dessa forma, torna-se evidente que a força produtiva material já disponível e elaborada, existente sob a forma de capital fixo, tal como a ciência, a população etc. em suma, as condições para a reprodução da riqueza, ou seja, o rico desenvolvimento do indivíduo social; que o progresso das forças produtivas, motivado pelo capital em seu desenvolvimento histórico, uma vez que chega a determinado ponto, anula a autovalorização do capital ao invés de impulsioná-la (MARX, 19-).

■ 2.6 Crise e queda da taxa de lucro

A lei que acabamos de analisar, assim como as demais leis do capitalismo, não se cumpre de modo absoluto, mas “tendencialmente”, como todas as leis econômicas:

[...] na teoria pressupõe-se que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem de maneira pura. Na realidade, sempre há apenas uma aproximação; mas essa aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido for o modo capitalista de produção e quanto mais tenha eliminado sua contaminação e amalgama com restos de situações econômicas anteriores (MARX, 1984, p. 161).

Por esse e por outros motivos, Marx enumera uma série de causas que contrabalançam a lei principal:

1. *Aumento do grau de exploração do trabalho*: em nosso caso, isso ocorreria se passássemos da primeira situação ($c = 50$, $v = 100$, $m = 150$, $l' = 67\%$) para outra, na qual $c = 100$, $v = 100$, $m = 150$ e, portanto, $l' = 75\%$. Aumentou o capital constante, no entanto a mais-valia aumentou em uma proporção tal que compensou o aumento de capital constante, e, mais ainda, a taxa de lucro cresceu. Sabemos, porém, que o aumento da mais-valia tem um limite (o da própria jornada de trabalho, uma parte da qual será consagrada à reprodução do operário) e, além disso,

[...] posto que as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (o grau de exploração do trabalho) tendem a reduzir a força de trabalho empregada por um dado capital, assim tendem essas mesmas causas a diminuir a taxa de lucro (MARX, 1984, p. 161).

2. *Redução do salário abaixo do seu valor*: ocorre da mesma forma que a anterior, também com limites precisos: os operários não podem morrer de fome e se organizam para que o capital não os condene a tal sorte.
3. *O barateamento dos elementos do capital constante*: ainda que este aumente em volume, pode ser que seu valor se mantenha constante e também a sua proporção em relação ao capital variável (por exemplo, quando um ramo produtivo de um país metropolitano começa a importar matéria-prima mais barata de um país atrasado e colonial).
4. *Superpopulação relativa*: permite abrir novos ramos produtivos com menor composição orgânica de capital, ou seja, com maior proporção de capital variável do que constante, o que eleva a taxa de lucro média em todos os ramos.

5. *Comércio exterior*: o comércio entre países industriais, sobretudo entre estes e as colônias e semicolônias, tende a baratear tanto o capital constante (por exemplo, as matérias-primas) como o capital variável (os alimentos dos operários). Nessa medida, baixa o valor do capital constante e aumenta a taxa de mais-valia.

O conjunto das causas enumeradas tem limites precisos e opera como uma barreira à expansão do capital. Na medida em que é superada, a lei tende a atuar mais vigorosamente, mas, enquanto assim o faz, melhor atua como uma tendência, que não tem outro limite além da própria abolição do capital, com o que finalmente acaba se impondo. Os problemas encontrados pela discussão da lei remontam ao próprio Marx.

Um dos problemas que emanam dos seus esquemas de reprodução (a desproporção entre os dois departamentos) pode ser descrito assim: se os capitalistas do departamento I decidem diminuir o próprio consumo improdutivo da sua mais-valia com o objetivo de incrementar a parcela destinada à acumulação, decrescerá a demanda destes por bens de consumo produzidos no departamento II, o qual terá que diminuir a sua produção fazendo, simultaneamente, reduzir a sua demanda pelos meios de produção gerados no departamento I: uma crise paralisa a acumulação. Uma das saídas provisórias imaginadas por Marx foi a troca direta de bens de consumo por ouro, enquanto outros pensaram na conquista de mercados externos, o que permitiria realizar a mais-valia acumulada, mas não resolveria o problema dos bens de consumo invendáveis.

Outro elemento contraditório no processo de acumulação é o aumento da composição orgânica, diretamente vinculado ao fenômeno antes descrito. Certamente, a acumulação não pode prosseguir com uma expansão indefinida do nível relativo de emprego; se o exército industrial de reserva se contrai, cresce o salário real e, *ceteris paribus*, cai a taxa de lucro. Por exemplo, o seguinte capital padrão (seja L a taxa de lucro): $200 c + 50 v + 50 m$; $m' = 100\%$; $L = 20\%$.

Com aumento salarial e aumento do capital global adiantado de 250 a 275: $A - 200 c + 75 v + 25 m$; $m' = 33,3\%$; $L = 9,09\%$ (aproximação). Mas, de fato, o que ocorre é um aumento do capital investido, o que também reduz a taxa de lucro em relação ao capital inicial: $B - 300 c + 50 v + 50 m$; $m' = 100\%$; $L = 14,3\%$.

Entretanto, se isso for compensado pelo aumento da produtividade, sem redução da jornada de trabalho ou do número de trabalhadores, o valor criado

pela força de trabalho permanecerá constante e a taxa de lucro poderá subir: $C - 250 c + 25 v + 75 m$; $m' = 300\%$; $L' = 27,2\%$.

Ainda que o capital constante adiantado subisse a 300 tanto em B quanto em C, a taxa de lucro subiria, agora, porém, a 23%. Como falado anteriormente, isso significa que há contratendências à queda da taxa de lucro, tais como: aumento da mais-valia relativa, barateamento do capital constante, superpopulação relativa (que deprime os salários) e comércio exterior, vide a depressão dos salários reais: se v cai, segundo o capital padrão, de $50 v$ para $25 v$ com o mesmo número de trabalhadores, isso é queda salarial, todavia a massa de mais-valia produzida por esses trabalhadores aumenta absolutamente porque cai o tempo de trabalho necessário ou, de outro modo, cai o preço da força de trabalho abaixo do seu valor.

Suponhamos que a jornada de trabalho no exemplo padrão seja de 10 h, se os salários v diminuem como definimos de 50 a 25, tal fato corresponde a uma nova divisão entre o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho e o tempo de trabalho não pago, assim: $v = 5$ h e $m = 5$ h (antes) e $v = 2$ h e 30 min e $m = 7$ h e 30 min (depois). O produto-valor engendrado pela força de trabalho antes e depois é o mesmo, igual a 100 ($v + m$) ou 10 h, mas há uma elevação brutal da taxa de mais-valia e da taxa de lucro porque os trabalhadores produzem excedentes para o capitalista durante 7 h 30 min da sua jornada de trabalho contra 5 h anteriores: $D - 200 c + 25 v + 75 m$; $m' = 300\%$; $L' = 33,3\%$.

Para que tudo permanecesse constante com a redução à metade de v , seria preciso que também a jornada de trabalho e o produto valor se reduzissem à metade, pressupondo sempre a mesma intensidade de trabalho. Há, porém, no exemplo D, uma elevação da taxa de lucro por um expediente antediluviano, usado amiúde pelos países capitalistas periféricos, os quais desvalorizam o câmbio e geram inflação como forma de corroer os salários (por uma maneira escamoteada e menos conflituosa politicamente) e de diminuir o impacto destes na formação dos preços de seus produtos destinados à exportação. Trata-se da produção com predominância da mais-valia absoluta.

Pensemos agora, com base em um exemplo do próprio Marx, sobre uma peça cujo valor (vp) seja constituído por capital constante ou consumido produtivamente (c) e valor agregado pela força de trabalho (va) – este é a soma do capital variável e da mais-valia; logo, $vp = c + va$ ou, por exemplo, $vp = 1/2 c$

+ 1/2 va. Com uma produtividade n subindo de 1 para 2, o mesmo valor agregado num dado tempo seria dividido por 2, repartindo-se por 2 peças, assim cairia o valor unitário de cada uma: $vp = 1/2 c + 1/4 va$; com $n = 3$, ter-se-ia: $vp = 1/2 c + 1/8 va$ e assim por diante (MARX, 1987b, v. I, t. 1)³.

Com o avanço técnico e o aumento da produtividade da força de trabalho, mantidas as condições, diminui o valor unitário de cada mercadoria, tendencialmente até o limite matemático de 100% de capital constante, quando a produtividade tende ao infinito ou até a simples produção de valores de uso destituídos de qualquer valor de troca, pois desaparece a escassez de produtos e, com isso, a lei do valor; considerando-se que o capital constante agregado a uma unidade de mercadoria também se reduz progressivamente⁴, cessariam a valorização do capital e o sistema capitalista.

Tal tendência, entretanto, não se realiza plenamente ou de forma “pura” porque a crise estrutural destrói as forças produtivas, por meio de guerras principalmente, ou recria formas antediluvianas de extração da mais-valia absoluta. É preciso arrastar uma desilusão: o capital possui contradições incuráveis, trazendo em si seus próprios limites, mas não desaparece em si e por si mesmo, pois elas podem condicionar tanto o recrudescimento bárbaro da dominação burguesa quanto a vitória da revolução proletária. As leis do capitalismo fazem que seus *meios* (a perseguição do lucro) se tornem contraditórios que seu *fim* (a manutenção da taxa de lucro). Na lei que acabamos de expor, expressa-se a contradição da forma mais simples da riqueza capitalista (a mercadoria, o valor de uso e o valor), pois, criando a riqueza material (valores de uso), o capital vai minando as condições de criação da riqueza social (os valores, cuja fonte é o trabalho vivo, que é uma proporção cada vez menor do capital).

Essa contradição se vai desenvolvendo em uma tendência para o colapso, que se vai realizando por meio das crises periódicas cada vez mais profundas do capitalismo. Essas crises expressam os limites do capitalismo:

3 Obviamente, a matematização simples desse exemplo não expressa a realidade, mas serve para demonstrar os efeitos do aumento da produtividade, ou seja, desconsiderando-se uma diminuição progressiva do capital constante a cada unidade produzida com maior produtividade. É claro que se trata de um exemplo individual, mas o valor de uma mercadoria não é o seu valor individual, e sim o seu valor social, medido não pelo tempo gasto na produção de uma determinada unidade empresarial, mas pelo tempo *socialmente* necessário à produção da mercadoria, quer dizer, uma média social.

4 “Se, com a maior produtividade, tiver aumentado a massa de mercadorias, o mesmo ocorrerá com o seu número, ao passo que o preço da mercadoria singular terá baixado” (MARX, 1975, p. 144-145).

[...] primeiro, no fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho produz, na redução da taxa de lucro, uma lei que se opõe a este desenvolvimento e necessariamente provoca crises; segundo, no fato de que o elemento decisivo para a expansão ou redução da produção não é a relação entre a produção e as necessidades sociais. Mas a apropriação do trabalho não pago e a relação entre esse trabalho não pago e o trabalho materializado, ou melhor, para empregar a linguagem capitalista, o lucro e a relação entre esse lucro e o capital empregado; por fim, um certo montante da taxa de lucro. A produção encontra limites, enquanto que desse outro ponto de vista, ela pareceria insuficiente. Detém-se não no ponto que fixa a satisfação das necessidades, mas na produção e na realização do lucro (MARX, 1984, p. 163).

Enquanto para a grande maioria da sociedade se produz uma brusca queda do poder aquisitivo que joga na miséria milhões de pessoas, para os capitalistas o problema consiste em ter produzido mercadorias demais que não podem ser vendidas, deixando um lucro razoável:

[...] periodicamente a produção de meios de trabalho e de subsistência é tal que não se pode fazê-los funcionar como meios de exploração dos operários sob uma certa taxa de lucro. Produzem-se mercadorias demais para que se possam realizar e converter em novo capital, nas condições de repartição e consumo dadas pela produção capitalista, o valor e a mais-valia que elas contém. Não é que se tenha produzido riquezas em demasia. Mas, periodicamente, produz-se riqueza em demasia sob sua forma capitalista, oposta uma à outra (MARX, 1984, p. 163).

O excesso de riqueza para os capitalistas – o excesso de capitais que podem operar sob uma certa taxa de lucro – expressa-se para os operários como um excesso de pobreza que os impede de participar da riqueza. São as crises de superprodução que manifestam a existência de um capital excedente para uma tendência decrescente da taxa de lucro. As crises são o modo convulsivo no qual o capital tenta colocar um freio a essa tendência e reconstituir uma situação de equilíbrio (uma taxa de lucro “aceitável”). Depreciado o capital, liquidada uma parte deste sob a forma de mercadorias invendáveis (máquinas ou artigos de consumo) que se estragam ou são jogadas fora, é possível encontrar uma nova relação entre o capital constante e o variável e reconstituir a taxa de lucro.

O processo recomeça, mas para dar lugar mais adiante a uma crise ainda mais profunda, pela maior magnitude (em volume e valor) do capital existente.

A depreciação periódica do capital existente, um dos meios especiais do modo de produção capitalista de deter a queda da taxa de lucro e de acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo capital, desordena as condições nas quais se cumpre o processo de circulação e reprodução do capital e é acompanhada então de bruscas quedas e crises do processo de produção (MARX, 1984, p. 163).

O que a crise expressou?

A partir de certo momento, o desenvolvimento das forças produtivas torna-se um obstáculo para o capital; portanto, a relação do capital torna-se uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. [...] Em agudas contrações, crises, convulsões, se expressa a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade e suas relações de produção até hoje vigentes. A violenta aniquilação do capital, não por circunstâncias alheias a ele mesmo, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente na qual se lhe dá o conselho de que se vá embora e dê lugar para um estágio superior de produção social (MARX, 1984, p. 163).

■ 2.7 Crises e ciclos

É uma forma ideológica (burguesa) de apresentar Marx como o “pioneiro” da análise do “ciclo econômico” (a qual encontraria sua expressão mais desenvolvida em Keynes):

A primeira análise sistemática do ciclo econômico vincula-se ao nome de Marx. Ricardo e a escola clássica não tinham enfrentado, além de observações marginais, o problema das flutuações da acumulação capitalista: consideravam-no um fenômeno secundário, irregular e acidental, e devido a fatores externos ao processo capitalista (GUERRIERI, 1978, p. 222).

Embora essa forma seja ainda um mérito diante da definição da teoria marxista feita pelo Prêmio Nobel de Economia, Paul A. Samuelson (1970,

p. 584): “Marx, o economista, não Marx o filósofo da história e da revolução (foi) um pós-ricardiano de segunda grandeza, autodidata, afastado por toda sua vida de uma crítica e um incentivo válidos”.

O alcance histórico da descoberta de Marx está perfeitamente claro na conclusão de Gianfranco Pala (1982, p. 119):

O que falta não são condições sociais para absorver os produtos, para satisfazer as necessidades da população: estamos bem longe ainda da satisfação real de todas as necessidades das massas. O que falta são condições *capitalistas* para que os produtos-mercadorias sejam vendidos a *preços* que garantam lucro aos capitalistas que fizeram produzi-los. Daí o maior paradoxo da história: a subprodução de objetos comuns para a humanidade se apresenta, no capitalismo, como *superprodução generalizada* de mercadorias.

O que se encontrava esboçado nos *Grundrisse* de 1857:

O aumento da produtividade do trabalho é sinônimo de: a) aumento da mais-valia relativa ou do tempo de mais-valor relativo que o operário cede ao capital, b) diminuição da parte do capital que em geral se troca por trabalho vivo, em relação à parte que participa no processo de produção como trabalho objetivado e valor pressuposto. A taxa de lucro é, por isso, inversamente proporcional ao aumento da mais-valia relativa, ao desenvolvimento das forças produtivas e à magnitude do capital empregado na produção sob a forma de capital constante [...]

Na mesma relação na qual, no processo de produção, o capital como capital ocupa um espaço maior em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresce a mais-valia relativa – isto é, a força criadora do valor do capital – mais *cai a taxa de lucro* [...] (MARX, 1987a)

foi reafirmado nas *Teorias sobre a mais-valia*:

A taxa de lucro cai – embora a taxa de mais-valia permaneça invariável ou cresça – porque, com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, o capital variável diminui em relação ao capital constante. Aquele cai, não porque o trabalho é menos produtivo, mas porque é mais produtivo. Não porque o operário seja menos explorado, mas porque é mais explorado, seja porque a mais-valia absoluta cresce ou, se o Estado o impede, porque o valor relativo do trabalho diminui, crescendo a mais-valia relativa, o que é idêntico na produção capitalista (MARX, 1984, p. 39).

O mesmo motivo provoca a sobreprodução:

Todo o processo da acumulação deságua assim em *superprodução*, que corresponde por um lado ao natural aumento da população, e pelo outro constitui a base imanente dos fenômenos que se manifestam na *crise*. A medida da *superprodução* é o próprio *capital*, o nível das condições da produção, e a desmedida impulsão ao enriquecimento e à capitalização dos capitalistas, não o consumo, que *a priori* é limitado, porque a maioria da população, “a operária”, não pode aumentar seu consumo senão dentro de limites muito estreitos, e por outro lado, na medida em que o capitalismo se desenvolve, a procura de trabalho diminui *relativamente*, embora cresça *absolutamente* (MARX, 1984, p. 183).

Segundo a expressão de Marx (1987b), no Livro III de *O capital*, acumulação, sobreprodução e queda tendencial da taxa de lucro são duas faces da mesma moeda ou:

[...] queda da taxa de lucro e aceleração da acumulação são só expressões diversas de um mesmo processo, ambas indicando o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, ao causar a concentração do trabalho em grande escala e, em conseqüência, uma composição superior do capital. Por outro lado, a diminuição da taxa de lucro acelera a concentração de capital, sua centralização via expropriação dos pequenos capitalistas, dos produtores diretos sobreviventes que conservem alguma coisa a ser expropriada. A acumulação como massa se acelera, enquanto a taxa de acumulação diminui junto à taxa de lucro (MARX, 1984, p. 163).

A vinculação orgânica da queda tendencial da taxa de lucro à superprodução de capital e crise se encontra exposta de maneira mais clara e desenvolvida em *O capital*, e deriva da lei geral da acumulação do capital:

A diminuição do capital variável em relação ao capital constante, determina uma composição orgânica crescente do capital total, resultando daí que quer o grau de exploração do trabalho permaneça inalterável, quer aumente, a taxa da mais-valia se exprime numa taxa geral de lucro sempre decrescente (manifesta-se de uma forma tendencial e não absoluta). A tendência permanente para a diminuição da taxa geral do lucro é apenas a expressão do de-

envolvimento progressivo da produtividade social do trabalho, expressão que corresponde ao modo de produção capitalista.

Uma mesma taxa de mais-valia, mantendo-se inalterável o grau de exploração do trabalho, exprime-se numa taxa de lucro decrescente, porque o aumento das dimensões materiais do capital constante é acompanhado por um aumento do valor deste último e, por conseguinte, embora não nas mesmas proporções, também do capital social. Se admitirmos que esta modificação gradual na composição do capital se efetua não só em alguns ramos da produção, mas em quase todos, ou pelo menos nas esferas determinantes da produção, que deste modo equivale a uma modificação da composição orgânica média do capital total pertencente a uma determinada sociedade, um semelhante crescimento progressivo do capital constante relativamente ao capital variável, tem, como consequência inevitável, uma diminuição gradual da taxa geral do lucro, se a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital se mantiver invariável. [...]

As crises apresentam-nos sempre uma solução temporária e violenta das condições existentes, das explosões violentas que restabelecem por um instante o equilíbrio perturbado... A contradição pode exprimir-se sob a sua forma mais geral da seguinte maneira: o modo de produção capitalista tem tendências a desenvolver de uma forma absoluta as forças produtivas, independentemente do valor da mais-valia que este último contém, independentemente das relações sociais dentro das quais a produção capitalista se efetua. Enquanto põe como finalidade a conservação do valor capital existente e o seu máximo crescimento possível (isto é, o aumento cada vez mais rápido desse valor). A característica específica deste modo de produção é o fato de se servir do valor capital existente como de um meio para aumentar esse valor ao máximo. Os métodos graças aos quais chega a este resultado acarretam a diminuição da taxa de lucro, a depreciação do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas (MARX, 1984, p. 39).

A exposição de Marx sobre a realização dessa lei de modo tendencial, isto é, por meio de ciclos em que, apesar das tendências compensadoras, a tendência geral se impõe, por meio de crises, cuja única via de saída é a preparação (ciclos mediantes) de crises cada vez maiores, tendência evidenciada por toda a história do capitalismo, serve como medida de valor de críticas mais recentes da teoria marxista, como a que segue:

A sobreposição era só aparência: ela traduzia um profundo subconsumo operário. Essa tese, sedutora das multidões, teve, sob diversas fórmulas, grande sucesso, mas não resistiu a um exame objetivo. A história do capitalismo nos países desenvolvidos a desmentiu: os trabalhadores não sofrem depauperação absoluta ou relativa. E ainda que fosse parcialmente verdadeira, não retrataria o ritmo cíclico: a crise de subconsumo seria permanente e de gravidade crescente, o que estaria na lógica catastrófica do marxismo. Não teria havido possibilidades de nenhuma fase de expansão (FLAMANT, 1986, p. 55).

Como se vê, a teoria da crise via “subconsumo” só pode se basear na transformação de Marx em um Sismondi II.

■ 2.8 Crise, mercado mundial e capital fictício

O *locus* histórico da *realização* da crise é o mercado mundial, que é base da existência do capitalismo, embora o tenha precedido historicamente. A lógica do capital é o desenvolvimento *dialético* (contraditório) da sua gênese histórica, como já explicou Marx (1984, p. 249-250) em *O capital*:

Não há dúvida que as grandes revoluções do século XVI e XVII, assim como as descobertas geográficas e suas consequências no comércio e no desenvolvimento do capital mercantil, constituem um fator que acelerou a passagem do modo de produção feudal ao capitalista... A base deste último é o próprio mercado mundial. Por outro lado, a necessidade imanente do capitalismo de produzir numa escala cada vez maior incita uma extensão permanente do mercado mundial, de maneira que não é mais o comércio que revoluciona a indústria, mas o contrário.

A constituição do mercado mundial é a missão histórica progressiva do capital; a crise no mercado mundial indica a maturidade das condições para a substituição daquele. O mercado mundial constitui simultaneamente a premissa e a sustentação de tudo. As crises representam então o sintoma geral da superação da premissa, e a impulsão para o nascimento de uma nova forma histórica.

No *post-scriptum* à segunda edição de *O capital*, Marx evidenciou a validade *histórica* das suas descobertas, antecipando a “Grande Depressão” imediatamente ulterior:

O movimento contraditório da sociedade capitalista se manifesta na burguesia prática de forma mais notável nas modificações do ciclo periódico a que está sujeita a indústria moderna, e cujo ponto culminante será a crise geral. A crise se aproxima novamente, embora ainda em fase preliminar; e pela universalidade de seu teatro e pela intensidade de sua ação, conseguirá meter a dialética até mesmo na cabeça dos teimosos carreiristas do novo e santo império prusso-germânico (MARX, 1873).

O significado teórico da constituição do mercado mundial ultrapassa as suas características histórico-geográficas concretas,

[...] é a extensão mundial do capital, como realização de um processo que o torna adequado ao seu conceito: como referência universal da relação capitalista como relação de classe (qualitativa) e não como simples dominação espacial (quantitativa). No mercado mundial, a produção é posta como *totalidade*, assim como cada um dos seus momentos, no qual ao mesmo tempo todas as suas contradições se põem em movimento [...]

O comércio e o mercado mundial constituem o pressuposto histórico e abrem, no século XVI, a história moderna da vida do capital, iniciada, porém, só onde as condições gerais para a sua existência estavam sendo criadas no interior das formas precedentes [...]. O significado do mercado mundial – como categoria lógica do raciocínio – é iluminado pela *dominação* que o capital exerce sobre todos os outros modos de produção. Desta circunstância, nem sequer os mais autorizados defensores da possibilidade de fuga da chamada periferia do centro imperialista não conseguem fugir. Quando não caem na banalidade do sistema-mundo, levantam a hipótese da saída da área da produção de mercadorias (PALA, 1995, p. 44-45).

No seu plano original, como vimos inicialmente, Marx previa a exposição das crises conjuntamente com o mercado mundial.

O desenvolvimento do capitalismo é *cíclico* exatamente pela sua tendência permanente para a crise: contrariamente ao pensamento burguês, em Marx, é a crise a que explica o ciclo, e não o contrário. Por isso, a crise repõe as condições necessárias à instalação de um novo período de expansão capitalista. Nesse sentido, não se pode falar em crise permanente, mas de crise periódica em permanência. Isso acontece, de um lado, pela destruição de parte das forças produtivas, desvalorizando-a. Como resultado, acontece uma maior con-

centração industrial, uma vez que as empresas que operavam em desvantagem foram sancionadas pelo mercado, e ocorre também a redução da taxa dos salários, comprimidos que foram pela depressão. De outro lado, pelo incremento da taxa da mais-valia a um nível tal que seja suficiente para compensar a queda da taxa de lucro.

Inicia-se, então, um novo ciclo de acumulação:

Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a magnitude e a duração da vida do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga esta vida, por outro a encurta por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Daí a mutação dos meios de produção, e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente [...]

Desde já está claro que esse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por uma parte fixa, torna-se uma base material para as crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menos amplitude, nova base material para o novo ciclo de rotações (MARX, 1975, apud COGGIOLA; MARTINS, 2006).

Em cada novo ciclo, as contradições são maiores, o ciclo do capital, por causa das crises periódicas, se decompõe e recompõe por etapas. A primeira grande crise internacional, de 1873, foi o resultado de um processo contraditório que deixou abertas, para a última década do século XIX, as primeiras contradições financeiras (bancárias) interimperialistas, marcando o início do declínio inglês. A segunda crise, a crise bélica de 1914, foi precedida da fase irresoluta do domínio colonial, mas ainda essa etapa deixou aberto o problema de uma superprodução latente.

A possibilidade de sair do capitalismo por meio do crédito (utopia já criticada por Marx em 1847, na *Miséria da filosofia*) é tão realizável quanto a bem mais

recente tentativa de sair da crise por meio da expansão artificial (financeira) do mercado mundial, que esquece que o capital-dinheiro nunca pode emancipar-se totalmente do capital-mercadoria, ou, como já explicava Marx (1984),

[...] na fase de crise do ciclo industrial, a queda geral dos preços das mercadorias se expressa como aumento do valor relativo do dinheiro, e na fase de prosperidade, o aumento geral dos preços das mercadorias se expressa como queda do valor relativo do dinheiro.

Já nos *Grundrisse*, afirmava-se que os máximos resultados que “o capital consegue, nessa linha, são, de um lado, o *capital fictício* e, de outro, o crédito só como novo elemento de *concentração*, de dissolução dos capitais em capitais isolados e centralizadores” (1987a). O crédito, na verdade, “é também a forma na qual o capital procura diferenciar-se dos capitais isolados”, e na qual o caráter social da produção capitalista encontra sua expressão mais decidida.

Nas *Teorias sobre a mais-valia* (MARX, 1985, p. 68), esclarece-se que:

[...] o capital puramente fictício, títulos de Estado, ações etc. – sempre e quando não leve à bancarrota do Estado ou às sociedades anônimas, ou não entorpeça em termos gerais a reprodução, minando o crédito dos capitalistas industriais que retêm estes valores – não é mais que uma simples transferência de riqueza de umas mãos para outras e, em conjunto, se traduzirá em resultados favoráveis no que se refere à produção, já que os *parvenus* que adquirem por preço baixo estas ações ou títulos são, em geral, mais ativos e empreendedores do que aqueles que anteriormente os possuíam.

Em que medida podem ciclos e crises ser expressos quantitativamente (matematicamente) e em que medida se podem estabelecer correlações entre crise econômica e crise política (da qual a crise revolucionária é um caso extremo)? Segundo muitos autores, a primeira tarefa seria impossível e implicaria, para a segunda, a queda num determinismo economicista. Se o economicismo deve ser evitado, só pode sê-lo levando-se em conta que as mudanças sociais e as representações políticas e ideológicas nunca podem se tornar totalmente independentes da evolução econômica.

Para Marx, a primeira tarefa era possível, segundo testemunha uma carta sua a Engels, de maio de 1875:

O problema é o seguinte: você conhece as tabelas que representam preços, taxas de desconto etc., sob a forma de curvas que flutuam para cima e para baixo. Tentei repetidamente computar esses *up and downs* – com o objetivo de fazer uma análise dos ciclos econômicos – como curvas irregulares e, assim, calcular matematicamente as principais leis das crises econômicas. Acredito que a tarefa ainda pode ser realizada com base em material estatístico criticamente selecionado (MARX, 1974, p. 35).

Quanto à segunda tarefa, ela é mais difícil ainda, e dessa dificuldade deixou testemunho Engels, num texto pouco anterior à sua morte, em que reconhece que:

[...] na história contemporânea corrente, seremos forçados com muita frequência a considerar este fator, o mais decisivo, como um fator constante, a considerar como dada para todo o período e como invariável a situação econômica na qual nos encontramos no início do período em questão, ou a não considerar mais que aquelas trocas operadas nesta situação, que por derivar de acontecimentos patentes, sejam também patentes e claros. Por essa razão, o método materialista tenderá, com muita frequência, a se limitar a reduzir os conflitos políticos às lutas de interesses das classes sociais e frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico, e a manifestar que os partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada destas mesmas classes e frações de classes. Falta dizer que *esta subestimação inevitável das mudanças que operam ao mesmo tempo na situação econômica – verdadeira base de todos os acontecimentos que se investigam – tem que ser necessariamente uma fonte de erros* (ENGEL, 2003 apud MEHRING, 1978, p. 114).

■ 2.9 Crise e imperialismo

De tudo o que antecede, seguem-se algumas conclusões básicas. A obra de Marx e Engels não está “incompleta”, entre outras coisas, pela ausência de uma “teoria das crises”. Ao contrário, *O capital* e o conjunto da sua obra “econômica” (que inclui as *Teorias sobre a mais-valia*, os *Grundrisse*, a *Contribuição* de 1859, a *Introdução* de 1857, os diversos prefácios etc.) dão mais a impressão de pecar pelo excesso do que pela falta de lacunas. O fato de só o Livro I de *O capital* ter sido publicado em vida de Marx, ou seja, só uma parte do plano original, não deve iludir, pois,

[...] no primeiro livro de *O capital*, Marx limitou apenas formalmente sua pesquisa ao processo de produção do capital. Na verdade, selecionou e apresentou como totalidade, nesta parte, também o todo do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa derivada dele, com todas suas manifestações econômicas, jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em soma [sic], ideológicas. Esta é uma consequência necessária do método dialético de exposição (KORSCH, 1974, p. 52).

Além do mais, Marx foi o pioneiro da análise das crises modernas *do modo de produção capitalista*, que, como tais, nem foram objeto de análise de seus “predecessores” smith-ricardianos, pois

[...] pelo que se refere à escola ricardiana e a seus herdeiros, pode-se dizer que as crises não ocuparam virtualmente lugar algum dentro de seu sistema: as depressões deviam ser atribuídas à interferência do exterior que impediam o livre jogo das forças econômicas ou o processo da acumulação de capital, melhor que aos efeitos de um mal crônico interno da sociedade capitalista. Os sucessores dessa escola estavam suficientemente obcecados com essa ideia para buscar outra explicação fundada em causas naturais (como as flutuações das colheitas) ou no “véu monetário”. Para Marx, entretanto, era evidente que as crises estavam associadas às características essenciais da economia capitalista em si mesma (DOBB, 1961, p. 59).

No sistema marxista, carecia de sentido qualquer exposição de uma “teoria das crises” separada da teoria geral da acumulação capitalista. No plano original de Marx (1857), a exposição das crises estava diretamente vinculada com o mercado mundial, *locus* específico da acumulação *de capital*, pois a sua mútua relação, nas palavras de Marx, “salta aos olhos”. Marx e Engels foram extremamente cuidadosos e prudentes no estudo das mediações entre crise econômica e crise política, estabelecendo, de um lado, a existência de uma relação entre ambas e, de outro, o caráter não automático dessa relação e, até certo ponto, a impossibilidade de conhecê-la imediatamente em toda sua magnitude.

A pretensão de fazer de Marx um teórico do “subconsumo” (que poderia ser resolvido por meio de “políticas sociais” ou, como se diz hoje, “compensatórias”) ou da “desproporcionalidade” (que poderia ser resolvida por meio do “planejamento indicativo”) se apoia em leituras parciais, quando não interesseiras, da obra de Marx. É o que sucede quando se afirma que Marx

[...] tinha elaborado sua teoria da decrescente cota de benefícios, baseada no princípio da crescente composição orgânica do capital. No tomo III d'*O capital*, essa teoria está indissolivelmente mesclada com a teoria do baixo consumo, e ambas as ordens de ideias não são colocadas em uma relação clara (ROBINSON, 1942, p. 60).

Isso significa apenas que Marx não escreveu aquilo que o autor desejava que escrevesse.

A “desproporcionalidade” é consubstancial a todo sistema econômico (inclusive a um sistema imaginariamente socialista), pois não existe possibilidade de transmissão instantânea das informações da “demanda efetiva” (mercantil ou não), e, mesmo que existisse, não existiria a possibilidade da recolocação instantânea dos fatores de produção. Em regime capitalista, isso se agrava porque cada capitalista realiza os investimentos individualmente, de acordo com seus interesses particulares e mais imediatos, apostando no ramo de produção que mais lhe assegure um retorno positivo, ou seja, uma mais elevada taxa de lucro. Investe sem que, para tanto, uma demanda efetiva seja assegurada para as mercadorias produzidas.

Se a venda das mercadorias pelo seu valor não se verifica, ou apenas o faz em parte, os capitalistas não poderão recomençar imediatamente o processo de produção em escala ampliada. A reprodução do capital é momentaneamente interrompida, possibilitando a erupção da crise. Para que a produção ampliada se efetue sem interrupção, é preciso que sejam constantemente reproduzidas certas condições de equilíbrio; é preciso que a oferta e a demanda recíproca de mercadorias sejam iguais entre os dois setores da produção capitalista (bens de consumo e bens de produção). Essa condição de equilíbrio, contudo, jamais se verifica na prática exatamente por esbarrar na contradição já apontada: o caráter da produção é social, porém as decisões de investir são tomadas individualmente, sem que haja coordenação ou planejamento central entre a produção e a demanda efetiva. Isso agrava um problema que, em maior ou menor medida, existiu nos sistemas de produção do passado e existirá naqueles do futuro.

De acordo com Korsch (1974, p. 51),

[...] seria um achatamento inimaginável da teoria marxista atribuir-lhe a derivação das leis de movimento e desenvolvimento da sociedade burguesa só do setor da produção e das suas contradições e lutas, prescindindo do processo de circulação e das formações que resultam da síntese dos dois setores no processo completo.

Não só isso: também deve ser levada em conta a *multiplicidade dos capitais*, a forma *concreta* de existência do capital, sob pena de eliminar as contradições *reais* do capital por meio de uma “robinsonada” (a elaboração de uma teoria econômica partindo da existência de um único capital, impossibilidade real da qual parte toda a teoria econômica pós-marxista).

Marx foi muito claro em afirmar que a tendência decrescente da taxa de lucro “alimenta a superprodução, a especulação, as crises, a existência de capital excedente junto a uma população excedente”. Além disso, revela

[...] que o regime de produção capitalista tropeça no desenvolvimento das forças produtivas com um obstáculo que não guarda a menor relação com a produção da riqueza enquanto tal. Este peculiar obstáculo acredita precisamente a limitação e o caráter puramente histórico, transitório, do regime capitalista de produção [...] (MARX, 1984, p. 161)

Qualquer análise reconhece que, “embora vários fatores possam, temporariamente, neutralizar essa tendência, eles operam dentro de limites estreitos, de modo que a queda, ao longo do século, da taxa de lucro surge como a *tendência dominante*” (BOTTOMORE, 1988, p. 48).

Uma crise econômica é uma queda da expansão da produção, uma interrupção da acumulação de capital ou, noutras palavras, uma queda dos investimentos causada por sua baixa rentabilidade.

A crise desnuda a discrepância entre a produção material e a produção de valor: sua proximidade se anuncia com uma debilidade na taxa de acumulação, uma superprodução de mercadorias e um aumento de desemprego. Assim, o caminho para sair da depressão consiste em fechar a brecha entre expansão e rentabilidade, por meio de novos investimentos, e a “normalização” dos mercados de bens e mercadorias: A crise não começa simplesmente. Começa em indústrias específicas, por mais que tenha sido causada pela situação global. Como a crise, também a ascensão começa em indústrias específicas e afeta cumulativamente o total da economia. Como a acumulação de capital é a reprodução ampliada dos meios de produção, a ascensão e a queda, mesmo que gerais, são observáveis primeiro e antes de tudo na manufatura de bens de produção (MATTICK, 1975, p. 86-87).

O aumento da concorrência, como resultado da tendência à queda da taxa de lucro, toma uma forma impiedosa, e, em alguns negócios, os preços baixam forçosamente até um ponto ruinoso. Os valores de capital se depreciam rapidamente, perdem-se fortunas e as utilidades desaparecem. A demanda social decresce progressivamente à medida que aumenta o número de desempregados: o excesso de mercadorias é controlado unicamente pela queda ainda mais rápida da produção. A crise se estende a todas as esferas e ramos da produção. Sua forma geral revela a interdependência social do modo de produção capitalista, apesar das relações de propriedade privada que o dominam.

Foi Engels quem vinculou a expansão da conquista colonial à especulação financeira e ao novo papel da bolsa de valores (“a Bolsa modifica a distribuição no sentido da centralização, acelera enormemente a concentração de capitais e, nesse sentido, é tão revolucionária quanto a máquina a vapor”):

A ausência de crises a partir de 1868 baseia-se na extensão do mercado mundial, que redistribui o capital supérfluo inglês e europeu em investimentos e circulação no mundo todo em diversos ramos de inversão. Por isso uma crise por superespeculação nas estradas de ferro, bancos, ou em investimentos especiais na América ou nos negócios da Índia seria impossível, enquanto crises pequenas, como a da Argentina, de três anos a esta parte viraram possíveis. Mas isto tudo demonstra que se prepara uma crise gigantesca (MARX, 1975 apud COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 40).

Em uma carta a Kautsky, Engels sublinhava a necessidade de “identificar na conquista colonial o interesse da especulação na Bolsa”. Tudo com uma conclusão central que, bem interpretada, antecipa já na década de 1890 a etapa de tensão mundial que conduziria à Primeira Guerra Mundial (e sua consequência mais importante, a Revolução de Outubro): “É ainda a magnífica ironia da História: à produção capitalista só resta agora conquistar a China, e quando finalmente o realiza, tornar-se impossível fazê-lo na sua própria pátria” (ANDREUCCI, 1988, p. 105-108)⁵.

5 Marx já tinha afirmado que “as ferrovias nasceram inicialmente como o *couronnement de l'oeuvre* nos países em que a indústria moderna estava mais desenvolvida: Inglaterra, EUA, Bélgica, França etc. E assim a chamo nem tanto no sentido que (as ferrovias) foram (junto aos navios transoceânicos a vapor e ao telégrafo) os meios de comunicação adequados ao moderno modo de produção, mas, sobretudo, no sentido em que foram a base de imensas sociedades por ações, pontos de partida de outras sociedades, em primeiro lugar a banca. Em resumo, deram impulsão insuspeita à concentração de capital e, portanto, à aceleração e à ampliação em enorme escala da atividade cosmopolita do capital de crédito”.

Mundial pela sua própria natureza histórica, a crise capitalista é base para crises políticas sistemáticas e de *crises internacionais*. Pela sua própria base teórica, e por todas as suas implicações, por causa desse significado decisivo da crise, a teoria marxista é, em seu núcleo, como foi bem notado, uma *teoria da crise*, enquanto as teorias burguesas são em geral *teorias conjunturais ou do ciclo* (ALTVATER, 1982, v. X, p. 329).

Na base de todo o processo, encontra-se a tendência fundamental da produção capitalista, que foi resumida de modo muito claro em *O capital*:

A criação de mais-valia é o objeto do processo de produção direta. Tão logo uma quantidade de mais-valia se materializa nas mercadorias, a mais-valia foi produzida. Vem então o segundo ato do processo. Toda a massa de mercadorias deve ser vendida. Se isso não for feito, ou só parcialmente, ou só a preços abaixo dos preços de produção, o trabalhador não terá sido menos explorado, e sim sua exploração não se consubstancia como tal para o capitalista. Poderá não lhe proporcionar qualquer mais-valia, ou realizar apenas parte da mais-valia produzida, ou significar mesmo uma perda parcial ou total de seu capital.

As condições da exploração direta e as da realização da mais-valia não são idênticas. São preparadas logicamente, bem como pelo tempo e espaço. As primeiras são limitadas apenas pela capacidade produtiva da sociedade, as últimas pelas reações proporcionais das várias linhas de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa última capacidade não é determinada pela capacidade produtiva absoluta ou pela capacidade consumidora absoluta, e sim pela capacidade de consumo baseada em condições antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da população a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estreitos.

A capacidade de consumo é ainda mais restrita pela tendência a acumular, pela ambição de uma expansão do capital e uma produção da mais-valia em escala ampliada. Essa lei da produção capitalista é imposta pelas revoluções incessantes nos métodos de produção [...] pela resultante depreciação do capital existente, a luta geral da competição e a necessidade de melhorar o produto e expandir a escala de produção para a autopreservação e sob pena de falência. O mercado deve, portanto, ampliar-se continuamente, de forma que suas inter-relações e as condições que as regulam assumem mais e mais a forma de lei natural independente dos produtores e se tornam cada vez mais incontroláveis. Essa contradição interna procura seu equilíbrio numa expansão dos campos externos de produção. Mas, à medida que a capacidade

produtiva se desenvolve, encontra-se em desacordo com a estreita base na qual a condição de consumo repousa. Nessa base contraditória, não será uma contradição a existência de um excesso de capital simultaneamente com um excesso de população. Pois, embora uma combinação desses dois aumente realmente a massa da mais-valia produzida, ao mesmo tempo intensifica a contradição entre as condições sob as quais essa mais-valia é produzida e as condições em que é realizada (MARX, 1985 apud COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 33).

Marx não sublinhou que todos os elementos fenomênicos da crise vinculavam-se à “lei fundamental da economia moderna” (a tendência decrescente da taxa de lucro), o que deu lugar às mistificações posteriores, incluindo o “aburguesamento” da teoria marxista, feito, por exemplo, por Schumpeter (1935) (Encontramos [em Marx] praticamente todos os elementos que cabem em uma análise séria dos ciclos conjunturais). O panorama do debate justifica a opinião de Haberler e Holesovsky (1975, p. 38):

A maioria dos intérpretes de Marx descuidam, em suas análises, do papel central da cota de benefícios cadente. Tendem mais a um resumo livre dos elementos de uma teoria das crises encontradas em Marx, e com isso chegam em escassa medida a profundas conclusões teóricas.

Alguns poucos, como Maurice Dobb (1961), acham que a escassez da mão de obra é o fator fundamental que reduz periodicamente a cota de benefícios. De acordo com isso, a escassez da mão de obra durante a expansão produz investimentos que economizam trabalho, os quais reduzem, por sua vez, a cota de benefícios por meio do aumento da relação entre capital constante e variável ($c : v$).

A crítica dos esquemas de reprodução ampliada, propostos por Marx para uma economia capitalista “pura”, foi feita por Rosa Luxemburgo (1970). O erro de Rosa Luxemburgo consiste em ter considerado os esquemas da reprodução do Livro II de *O capital* como expressão da realidade concreta e acabada do capitalismo. Assim, Mitchell apresenta a simples *possibilidade abstrata* das crises do capitalismo, isolada do processo de reprodução em seu conjunto, como uma de suas causas, a “possibilidade primeira”. A queda tendencial da taxa de lucro só explicaria as crises periódicas como simples interrupções na marcha para a derrubada do processo de acumulação.

Segundo Marx (1985),

[...] ao desenvolver-se a produção capitalista, a escala de produção se determina em grau cada vez menor pela demanda direta do produto, e em grau cada vez maior pelo volume de capital de que dispõe o capitalista individual, pela tendência de valorização de seu capital e a necessidade de que seu processo de produção seja contínuo e se estenda. Com isso cresce necessariamente, em cada ramo particular da produção, a massa de produtos que se encontram como mercadorias no mercado ou que buscam saída. Cresce a massa de capital fixada durante mais ou menos tempo sob a forma de capital mercantil. Aumenta, pois, a acumulação de mercadorias.

Portanto, pensar que as crises capitalistas se produzem pela sobreprodução de mercadorias a respeito da demanda solvente dos trabalhadores leva logicamente a concluir que o estado normal do capitalismo é de crise permanente, que nada tem a ver com a evidência histórica.

As crises se produzem não porque haja meios de consumo demais sem realizar no mercado capitalista, mas porque a mais-valia se produz sob condições de rentabilidade que não justificam que se continue produzindo:

O que na realidade produzem os trabalhadores é mais-valia. Enquanto a produzem (em condições em que a taxa de lucro permitir) terão [algo] para comer. Assim que deixam [de produzir] termina seu consumo ao terminar sua produção [...].

Cabe, com efeito, perguntar-se, se o capital enquanto tal é também o limite em que tropeça o consumo. Ele o é certamente em um sentido negativo, já que não se pode consumir mais do que se produz. Mas o problema [está em saber] se o [é] também em sentido positivo, [isto é], se tomando como base a produção capitalista se pode e se deve consumir tanto quanto se produz. Se o analisamos certamente, [...] não se produz com vistas aos limites do consumo existente, mas sim que a produção só se encontra limitada pelo próprio capital. E não cabe dúvida de que isto é característico do modo de produção capitalista (MARX, 1985).

A suposta necessidade orgânica para o capital de setores não capitalistas para expandir-se foi objeto da crítica de Grossman (1977, cap. XIV, ap. B):

Se os partidários da teoria de Rosa Luxemburgo querem reforçar essa teoria mediante a alusão à crescente importância dos mercados coloniais de saída; se eles se remetem ao fato de que a participação colonial no valor global das exportações da Inglaterra representava em 1904 pouco mais de um terço, enquanto em 1913 essa participação se aproximava de 40%, então essa argumentação que sustentam a favor daquela concepção carece de valor, e, mais que isso, com ela conseguem o contrário do que pretendem obter. Pois esses territórios coloniais têm realmente cada vez mais importância como áreas de colocação. Mas só na medida em que se industrializam; na medida em que abandonam o seu caráter não capitalista.

Marx definiu a concorrência como contradição do capital consigo mesmo. Vice-versa, quando a economia política discorre sobre concorrência e competitividade pressupõe o recíproco concurso não conflituoso entre as múltiplas, hipoteticamente infinitas, unidades de decisão contempladas. Postula-se, portanto, que essa multiplicidade funcione logicamente sempre e só como unidade. Segundo a ideologia burguesa, a mão do capital, invisível ou visível, conduz fatalmente ao equilíbrio e à harmonia. A teoria keynesiana é parte daquela ideologia. Na sua *Teoria geral* não se encontra um lugar onde a concorrência, junto à multiplicidade dos capitais, tenha um rol logicamente necessário. E quando atribui à concorrência a função específica de ajustar o equilíbrio real da demanda efetiva, para qualquer nível definido neutral de ocupação, confirma plenamente a função harmônica indistinta dentro de um capital homogêneo.

São óbvias as consequências disso. A luta entre os diversos capitais para açambarcar o máximo lucro individual é suprimida. Em seu lugar, supõe-se que a “concorrência” harmônica consiga conduzir a taxa de lucro ao equilíbrio ideal. Da mesma maneira, desaparece a disputa incessante entre lucro bancário (interesse monetário) e lucro industrial, supostos em perene condição de igualdade.

Com a unicidade do capital no lugar da sua multiplicidade, esconde-se o recíproco *tenersi lontani* dos capitais individuais, seu não operar um pelo outro, seu real enfrentamento. Ignora-se que, nas várias fases do ciclo, a calma é só um caso limite do conflito, pela supremacia alternante ora de um, ora do outro. Ideologicamente, a exceção se transforma na norma, o conflito se transforma em colusão. O antagonismo é substituído pela harmonia, a crise cede passagem ao equilíbrio, o múltiplo vira *uno*. Cada contradição é suprimida. Considera-se só uma parte da realidade da relação interna do

capital – quando as coisas vão bem. Ocultam-se as razões pelas quais os capitalistas, quando em concorrência mútua, se comportam como falsos irmãos, irmãos-inimigos.

A teoria do imperialismo de Lenin, por sua vez, se inseriu no quadro de um amplo debate com a participação de autores marxistas e não marxistas (Bukharin, Kaustsky, Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo) e de longos anos de discussão no interior do movimento operário e socialista internacional. Suas características essenciais são conhecidas: papel decisivo do monopólio, surgimento do capital financeiro como produto da fusão do capital bancário e industrial, predomínio da exportação do capital sobre a exportação de mercadorias, divisão do mercado mundial entre os monopólios capitalistas e competidores, conclusão da divisão territorial do mundo. A definição mais breve possível seria, segundo Lenin, “a fase monopolista do capitalismo”. Para a crítica “revisionista” (ou bernsteiniana), o imperialismo e a aristocracia operária foram conceitos arbitrariamente concebidos por Lenin para justificar opções políticas prévias. No entanto, ambos os conceitos têm uma profunda filiação marxista. Em *O capital*, a concentração e centralização do capital como resultado inevitável da luta competitiva são mencionadas no volume I e tratadas mais especificamente no volume III, onde se relacionam com as mudanças estruturais já visíveis no capitalismo e que estavam preparando o caminho para o “capitalismo monopolista”, segundo o termo que os marxistas empregariam mais tarde.

Devem-se observar, por exemplo, as observações de Marx sobre o surgimento da empresa comercial e os “empresários”, o papel da bolsa de valores e os bancos. Engels (1986) também tratou brevemente dessas tendências no *Anti-Dühring*, e no resumo dessa obra, *Socialismo utópico e socialismo científico*, em que as sociedades anônimas são caracterizadas como o ponto mais alto da organização capitalista da produção, ou seja, como a antessala da socialização dos meios de produção. Não só o monopólio encontrava-se antecipado em *O capital*, mas também a base para a análise dos superbenefícios obtidos pelo capital monopolista da exploração das nações atrasadas baseadas nos diversos níveis de desenvolvimento das forças produtivas:

Conforme a produção capitalista se desenvolve em um país, a intensidade e a produtividade do trabalho vai remontando-se sobre o nível internacional. Por conseguinte, as diversas mercadorias da mesma classe produzidas em países distintos durante o mesmo tempo de trabalho têm valores internacionais distintos expressos em preços distintos, quer dizer, em somas de dinheiro que variam segundo os valores internacionais [...]

De acordo com isto, o valor relativo do dinheiro será menor nos países em que impere um regime progressivo de produção capitalista do que naqueles em que impere um regime capitalista de produção mais atrasado. Daqui se segue igualmente que o salário nominal, o equivalente de força de trabalho expresso em dinheiro, tem que ser também maior nos primeiros países que nos segundos: o que não quer dizer, de modo algum, que este critério seja também aplicável ao salário real. Mas ainda prescindindo destas diferenças relativas que são acusadas em relação ao valor relativo do dinheiro nos diferentes países, encontramos com freqüência que o salário diário, semanal, etc. é maior nos primeiros países que nos segundos, enquanto que o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto com a mais-valia como com o valor do produto, é maior nos segundos países que nos primeiros (MARX, 1984, p. 219).

Marx já chegara à conclusão de que se produzia um movimento de capitais desde os países mais adiantados até os mais atrasados, em busca de taxas de lucro superiores. Desenvolve-se então uma tendência de formação de uma taxa de lucro média internacional, na qual as taxas de lucro dos países ricos estão abaixo da média internacional e a dos pobres, acima, o que é a base do superbenefício dos monopólios. E na medida em que se aprofunda a globalização do capital, como ocorreu de forma mais pronunciada nos últimos trinta anos do século XX, essa tendência para a formação de uma taxa de lucro internacional torna-se mais clara e mais concreta para as diversas nações e as principais empresas envolvidas na concorrência internacional. Mas essa taxa média de lucro internacional deve ser sempre considerada como uma tendência, um processo, que se aproxima cada vez mais do seu limite e engendra, em seu curso, crises em dimensões também cada vez mais mundializadas, quer dizer, crises que encontram no mercado mundial o mais adequado espaço para sua plena realização.

Para Lenin (apud BOUKHARINE, 1977, p. 12), o capital monopolista expressava as leis básicas de movimento de capital em condições históricas concretas:

Essa mudança é devida ao desenvolvimento, ampliação e extensão das tendências mais profundas e essenciais do capitalismo e da produção mercantil em geral. As trocas comerciais crescem, a produção aumenta. Essas tendências marcantes foram observadas ao longo dos séculos no mundo todo. Ora,

a um certo nível do desenvolvimento das trocas, a um certo grau de desenvolvimento da grande produção, atingido mais ou menos na virada para o século XX, o movimento comercial determinou uma internacionalização das relações econômicas e do capital; a grande produção adquiriu proporções tais que os monopólios substituíram a livre concorrência.

Boukharine (1977, p. 106) resumiu as características essenciais do imperialismo, tirando delas as principais conclusões históricas e políticas:

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial deu um salto gigantesco nas últimas décadas. No processo de luta pela concorrência, a grande produção saiu vitoriosa em todas as partes, agrupando os magnatas do capital em uma férrea organização que estendeu sua ação à totalidade da vida econômica. Uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, que se encontra reunida em uma só frente por meio dos bancos. Esse processo de organização partiu de baixo para se consolidar no marco dos Estados modernos, que se converteram nos intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Cada uma das economias nacionais desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de *trust* nacional de Estado. Por sua vez, o processo de organização das partes economicamente avançadas da economia mundial é acompanhada de um agravamento extremo da concorrência mútua.

E continuava:

A superprodução de mercadorias, inerente ao desenvolvimento das grandes empresas, a política de exportação dos cartéis e a redução dos mercados por causa da política colonial e aduaneira das potências capitalistas; a desproporção crescente entre indústria de desenvolvimento formidável, e da agricultura, atrasada; enfim, a imensa proporção da exportação de capital e a submissão econômica de países inteiros por consórcios de bancos nacionais, levam ao antagonismo entre os interesses dos grupos nacionais de capital até o paroxismo. Esses grupos confiam, como último recurso, na força e potência da organização do Estado e em primeiro lugar de sua frota e de seus exércitos [...] Uma unidade econômica e nacional, autossuficiente, aumentando sem fim sua força até governar o mundo em um império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro.

■ 2.10 Ciclos e ondas longas

Com o aprofundamento das crises periódicas na economia mundial, na década de 1970, houve uma convergência de economistas marxistas e não marxistas numa explicação da crise baseada na “teoria das ondas longas”. Na medida em que, depois dos choques cíclicos, não se reconstituíram os níveis de emprego nem a taxa de lucro do período precedente, virou quase uma convenção afirmar que isso se devia ao fato de, no início da década de 1970, ter-se iniciado uma onda longa depressiva do desenvolvimento capitalista. Ou, como foi dito numa vulgarização:

[...] o modelo das ondas longas diz que o desenvolvimento industrial transcorreu, desde a Revolução Francesa, em períodos de longa duração que compreendem 40 a 60 anos. Cada um deles é representado como uma sucessão de auges e decadências, de desenvolvimentos acelerados e retardados, de fluxos e refluxos, de modo que em cada período há uma época boa e outra má, assim como nos anos de abundância e escassez da Bíblia... Os autores mais recentes tendem a considerar que o ponto de virada da atual onda longa foi a recessão de 1967 e a primeira crise do petróleo em 1973 (HUBER, 1986, p. 11, 26).

As visões cíclicas atuais, em geral, são tributárias da teoria das ondas longas da economia, elaborada nos anos 1920 pelo economista soviético Nicolai Kondratiev. A teoria deu lugar, naquele momento, a um amplo debate, encerrado abruptamente por volta de 1930, por Stalin: Kondratiev foi enviado para a Sibéria, morrendo logo depois. Ex-ministro do governo provisório de Kerenski e escolhido por Lenin para trabalhar no planejamento econômico da URSS, deu tradução teórica e estatística à sua teoria. Segundo Kondratiev e seus seguidores, a economia capitalista mundial seguiu historicamente as seguintes ondas longas (KONDRATIEV; GARVY, 1946, p. 12-14):

Quadro 4

Ciclos de Kondratiev

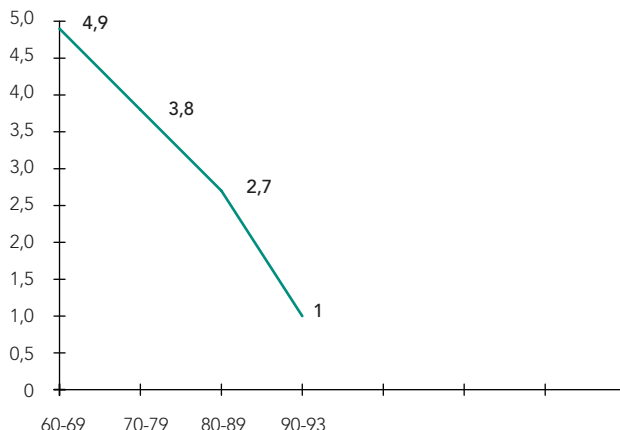
Ciclo	Fase	Período
1	A	1789 a 1814
1	B	1814 a 1849
2	A	1849 a 1873
2	B	1873 a 1896
3	A	1896 a 1920
3	B	1920 a 1948
4	A	1948 a 1973
4	B	1973 a ...

Fonte: Kondratiev e Garvy (1946).

As ondas não tinham, segundo Kondratiev, duração idêntica, pois oscilavam entre 47 e 60 anos, sendo a primeira a mais longa. Os anos em que se iniciam ou terminam as primeiras ondas podem variar um pouco de acordo com o autor e em geral coincidem com fatos políticos importantes como a Revolução Francesa de 1789 e as revoluções europeias de 1848. Embora seu trabalho tenha sido criticado por pequenos erros ou insuficiências estatísticas, sua hipótese de trabalho se tornou útil depois que tantos historiadores econômicos concordaram com a existência de grandes ondas largas na economia-mundo – as divergências abarcaram alguns marcos cronológicos e a ênfase que caracteriza cada etapa. Ernest Mandel (1986b), por exemplo, notabilizou-se por prever a fase depressiva do quarto Kondratiev, a partir de 1973, no seu livro *O capitalismo tardio*:

Figura 1

Fase B do quarto Kondratiev (taxa de crescimento mundial do PIB em %)



Fonte: Secco (2006).

Os “trinta anos gloriosos” da economia mundial pós-Segunda Guerra Mundial foram explicados, por Mandel (1986b, p. 84), pela terceira revolução tecnológica, como o controle generalizado das máquinas por aparelhagem eletrônica, bem como pela lenta introdução da energia nuclear. Mas o que dominou a expansão pós-1945 foi a produção de bens duráveis de consumo (automóvel, televisão, discos), de meios de transporte (navio de grande porte e avião a jato), armamentos, mecanização da construção civil etc. – como se vê, tratou-se de um desdobramento da fase A do terceiro Kondratiev e não de uma nova revolução tecnológica. Do mesmo modo, Mandel não percebia que a “revolução” microeletrônica, embrionária quando ele escrevia, podia presidir uma renovação fundamental no departamento I com os microprocessadores eliminando dificuldades técnicas e obstáculos econômicos à aplicação da regulação eletrônica de escritórios a centrais elétricas e refinarias de petróleo.

Marx tinha estudado os ciclos da produção capitalista, concluindo que as crises produzidas a cada período de sete a onze anos deviam-se às contradições próprias desse modo de produção, que geravam sobreacumulação de capitais. A esses ciclos médios, Kondratiev sobrepôs as ondas longas, vinculadas a inovações tecnológicas em grande escala dependentes, por sua vez, do período de vida dos bens de capital duradouros (aproximadamente 50 anos).

O capitalismo conheceria, assim, ciclos longos de expansão e contração em longo prazo, com a duração apontada.

Kondratiev estudou as condições econômicas para a realização das mudanças do padrão tecnológico:

Os grandes investimentos requerem importantes somas de capital para empréstimos. Daí que as seguintes condições devam cumprir-se necessariamente antes que se possa iniciar a ascensão de uma onda longa: 1) uma propensão à poupança; 2) oferta relativamente grande de capital de empréstimo a baixos juros (KONDRATIEV; GARVY, 1946, p. 79).

Kondratiev chegou a teorizar que as invenções (condições para a renovação tecnológica) também se produzem por ondas: o par inovação tecnológica/condições econômicas para tanto condicionaria a totalidade do desenvolvimento social. Para comprovar tais teses, Kondratiev elaborou longas séries estatísticas (salários, poupanças, preços, produção de matérias-primas, ouro, comércio exterior etc.) nacionais e internacionais, as quais julgou suficientes para dar base científica à sua teoria, identificando “ondas de crescimento” nos períodos 1789-1823 e 1894-1914: os intervalos corresponderiam a “ondas decadentes”.

A maioria dos economistas soviéticos rejeitou tanto a teoria como a sua base empírica. Oparin (1926 apud KONDRATIEV; GARVY, 1946) criticou os critérios matemáticos utilizados por Kondratiev, assim como a sua escolha arbitrária das séries estatísticas (que ignorava deliberadamente outras séries disponíveis). Eventov (1943 apud KONDRATIEV; GARVY, 1946) insistiu na unidade do processo econômico e na influência recíproca entre flutuações de diversas durações: questionou que se pudessem separar os ciclos médios de Marx e as “tendências evolutivas” de Kondratiev (às quais se atribuía caráter qualitativamente diferente), considerando inadmissível determinar pontos de equilíbrio com base em dados quantitativos.

Goberman (1943 apud KONDRATIEV; GARVY, 1946) concluiu que, com base nas séries de Kondratiev, “só resta para ser explicado, como fenômeno independente, o movimento dos preços nos séculos XIX e XX”. Gerzstein (1943 apud KONDRATIEV; GARVY, 1946) foi mais longe, demonstrando que a fase depressiva de Kondratiev entre 1815-1840 (queda tendencial de preços) foi um período de desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, o verdadeiro período da Revolução Industrial. Oparin também considerou incompatíveis as melhorias técnicas propiciadas pelas invenções, com a alta dos preços típica da onda ascendente.

Se nenhum dos críticos questionou a existência de ondas longas para determinados processos econômicos, todos negaram a existência destas com caráter geral e periódico para o conjunto do capitalismo. Segundo Sujanov (1926), o capitalismo mudava constantemente desde o feudalismo em crise até a etapa monopolista (período coberto pelas “ondas de Kondratiev”). As oscilações por ele descobertas, como desvios de uma normalidade teórica do capitalismo, não eram senão o reflexo das diversas fases capitalistas. A teoria de Kondratiev supunha um eterno ajuste do capitalismo em torno de si mesmo, o que significaria admitir a sua eternidade: “A fisiologia de um organismo em evolução é diversa em cada uma das etapas sucessivas. A evolução capitalista é um processo orgânico com etapas bem definidas: juventude, maturidade, decadência... e morte” (SUJANOV, 1926, p. 161).

Para Bogdanov (1928, p. 88), as ondas longas tinham causas exógenas ao sistema capitalista: “A evolução histórica do capitalismo está determinada por certos fatores externos. Estes devem ser considerados acidentais e até certo ponto independentes do ritmo interno da economia capitalista”.

Este último ponto constituiu o eixo da crítica feita por Trotski (1973, p. 82) a Kondratiev:

No que diz respeito às fases longas (50 anos) da tendência da evolução capitalista, para as quais Kondratiev sugere, sem fundamento, o nome de ciclos (ou ondas), cabe destacar que o seu caráter e duração estão determinados, não pela dinâmica interna da economia sob o capitalismo, mas pelas condições externas que constituem a estrutura da evolução capitalista.

Trotski (1973, p. 82) propôs elaborar a curva do desenvolvimento capitalista (com início, meio e fim), “incorporando seus elementos não periódicos (tendências básicas) e periódicos (recorrentes). Temos de fazer isso para que os países que nos interessam e para o conjunto da economia mundial”.

Para Trotski (1973, p. 82), “ao se tentar estabelecer um ciclo longo para cada país separadamente, toda a coisa viraria pó. O ciclo de Marx, pelo contrário, pode ser confirmado como um todo para cada país separadamente”. Isso porque Marx teve sucesso em discernir a regularidade no padrão de ciclos curtos, toda vez que eles eram consequência das contradições internas do capitalismo. Antes de se falar em ciclos longos regulares, dever-se-ia lembrar

da existência de um regulador interno: sem isso, os ciclos longos obscureceriam a diferença entre ciclos periódicos e períodos históricos separados, negando a entrada do capitalismo num período de decadência histórica e colocando a sua infinitude por meio de uma suposta (mas não demonstrada) tendência para a autorregulação em longo prazo (que seria o eixo da contemporânea escola francesa da regulação, Aglietta-Boyer-Coriat).

Para Trotski (1973, p. 83), a tarefa teórica (a curva) permitiria entender mais profundamente

os saltos mais críticos da história: as guerras e as revoluções. Mas nenhuma tentativa nesse sentido pode equivaler a uma antecipação ingênua de resultados que devem surgir de uma completa e dolorosa investigação, ainda não realizada.

Em qualquer hipótese,

[...] essa aproximação à história moderna promete enriquecer a teoria do materialismo histórico, com conquistas bem mais preciosas do que extremamente duvidosos malabarismos especulativos que, na pena de alguns de nossos marxistas, usam os conceitos e termos do método materialista, transplantando o método formalista ao domínio do materialismo dialético (TROTSKI, 1973, p. 155-158).

Trotski foi fundo na crítica ao método de Kondratiev, nisso distinguindo-se dos outros críticos.

Kondratiev tinha apresentado sua teoria de maneira prudente, até tímida: “Acreditamos que os dados disponíveis são suficientes para tornar muito provável esse caráter cíclico” (KONDRATIEV; GARVY, 1946). Diante das críticas, não se defendeu nem aprofundou sua tese inicial: escreveu dois artigos contra eventuais interpretações errôneas. Como quer que seja, o debate fechou-se abruptamente, com o exílio e a morte dos seus participantes (Kondratiev e seus críticos, principalmente Trotski) pela ditadura stalinista. O programa de pesquisas proposto pelo dirigente da Revolução de Outubro foi substituído por uma vulgata esquemático-idealista bem ao gosto das limitações intelectuais do burocrata-mor – nada podia ser escrito sem citar e louvar Stalin.

Em plena Segunda Guerra Mundial, o debate foi retomado na Inglaterra pelo economista George Garvy (1946, p. 119), o qual realizou um balanço desprovido de preconceitos, assim como um rigoroso exame da teoria e das estatísticas de Kondratiev, afirmando que “a análise do trabalho estatístico de Kondratiev nos leva à conclusão de que não consegue demonstrar a existência de ciclos longos na vida econômica”. Paradoxal, mas não casualmente, no pós-guerra assistimos à retomada das teorias de Kondratiev, para todos os processos históricos possíveis. O que nos anos 1920 tinha sido um debate marginal na União Soviética virou debate mundial. Desenvolvido no Ocidente capitalista, esse debate espetacular e abrangente (coincidiu, por exemplo, com as teorias da “longa duração” de Fernand Braudel e a *École des Annales*) já foi objeto de um excelente *survey*, da parte de Joshua S. Goldstein (1988).

Mandel adotou sem críticas as teses de Kondratiev, apesar das críticas de Trotski, o que motivou a crítica de um economista marxista inglês:

Mandel fala de diversas etapas de desigualdades no desenvolvimento do capitalismo, tal como sugere Trotski com a noção de uma linha tendencial descontínua. Simultaneamente, porém, fala de ondas longas de acordo com a noção de Kondratiev de um equilíbrio no longo prazo que evolui sem traumas. Concorda com Kondratiev e Trotski, o que é logicamente impossível. Ou o capitalismo se desenvolve de acordo com um padrão evolutivo, sem traumas, caso no qual é possível falar em ondas longas; ou, pelo contrário, a teoria das ondas só mistifica o desenvolvimento desigual do capitalismo, como sustentava Trotski. Nenhuma quantidade de sutileza pode superar o fato básico de que, para Trotski, as ondas ou ciclos prolongados eram incompatíveis com uma periodização marxista do capitalismo (DAY, 1982, p. 45).

Em um balanço das investigações tendentes a comprovar os ciclos longos, uma equipe de economistas, favoráveis a essa teoria, reconheceu:

[...] não acreditamos que a existência de ondas longas tenha sido demonstrada, a partir do fato de que a interpretação dos dados supõe a intervenção de juízos de valor, e não a aplicação de um teste de comprovação universalmente aceito (GORDON et al., 1986, p. 46).

O “ciclo dos negócios” de Schumpeter (1935, p. 15) não escapa a essa caracterização, apesar de a trilogia proposta por esse autor para caracterizar os ciclos econômicos ter-se tornado famosa, para muitos quase um artigo de fé: os ciclos Kitchner (40 meses), Juglar (dez anos) e Kondratiev (50 anos).

A principal derivação da teoria das ondas longas no campo das ciências sociais foi a chamada “história de longa duração”, desenvolvida no imediato pós-guerra pela já mencionada *École des Annales*, cujo principal representante, Fernand Braudel (1965, p. 268), admitiu-a tributária das teorias econômicas, reconhecendo, contudo, que estas não passavam de hipóteses, isto é, que toda uma escola histórica desenvolver-se-ia baseada não em teorias comprovadas, mas em conjecturas:

Para além dos ciclos e interciclos, existe o que os economistas chamam, sem contudo estudá-la, a tendência secular. Mas ela só interessa, por enquanto, a raros economistas, e suas considerações sobre as crises estruturais, não tendo passado pela prova das verificações históricas, apresentam-se como esboços ou hipóteses, apenas enterradas no passado recente, até 1929, quando muito até os anos de 1870. Oferecem, todavia, uma útil introdução à história de longa duração. Elas são como que uma primeira chave.

A retomada acrítica por parte da academia da teoria econômica das ondas longas, isto é, sem discussão prévia das suas próprias bases metodológicas (à diferença do que tinha ocorrido no debate marxista, na União Soviética dos anos 1920), teve uma motivação histórica muito precisa – a crise geral do sistema capitalista mundial iniciada em 1929, salientou brutalmente o papel das flutuações longas e muito longas na mudança das estruturas. Muitas vezes, no passado, a economia americana tinha sofrido “crises”, mas nenhuma fora tão violenta como esta e tão prenhe de conseqüências desastrosas para a sociedade americana e para o próprio sistema capitalista. A massa de trabalhadores desempregada era um problema social que parecia insolúvel. Os prognósticos da pronta recuperação econômica, pelos especialistas de Harvard, não se realizavam. Daí a necessidade de controlar os ciclos econômicos que geram as crises. Mas este controle somente seria exequível em termos de uma análise histórica do processo econômico que permitisse captar as causas dos fenômenos da alta e baixa dos preços, em cuja intersecção se dava a crise.

O objetivo dessa nova discussão foi perfeitamente enunciado pelo já mencionado Schumpeter (1935, p. 43):

Qualquer tentativa séria de controle analítico e mesmo prático do ciclo econômico deve ser realizada no âmbito histórico, no sentido de que a chave para a solução dos seus problemas fundamentais somente pode ser encontrada nos fatos da história industrial e comercial.

As consequências dessa retomada foram múltiplas em todos os campos da ciência acadêmica, cabendo destaque à chamada “teoria dos ciclos de guerra” que, rejuvenescendo as mais reacionárias concepções cíclicas da história, postula a regularidade das guerras como parte orgânica do acontecer humano (da escravidão até o capitalismo), com independência da natureza dos diversos regimes sociais (e, logicamente, dos próprios objetivos sociais e políticos de cada guerra).

A economia teórica pegou carona, nos anos 1940, num debate marxista dos anos 1920, mutilando-o e desvinculando-o das suas origens. Tentava, com isso, explicar e dar solução a uma catástrofe que não encontrava explicação na teoria econômica até então existente: a teoria econômica keynesiana, teoria da poupança e do investimento, ou do princípio do acelerador e multiplicador, que atribui ao investimento um papel preponderante, surgiu nesse quadro como vitoriosa, por ser a generalização mais abrangente das políticas postas empiricamente em prática para combater a crise.

Nos anos 1960, foram marxistas os que pegaram carona no debate dos anos 1930 e 1940 para explicar, ao contrário, o ciclo de prosperidade capitalista iniciado após a Segunda Guerra Mundial. Ernest Mandel (1969, p. 36) destacou-se como reintrodutor da teoria das ondas longas no marxismo, “teoria [que] não desperta maior interesse quanto aos ciclos marxistas, embora Trotsky tenha usado uma noção similar no famoso relatório apresentado no III Congresso Mundial da Internacional Comunista”. Mandel não explicou essa similaridade e ignorou a crítica explícita dirigida por Trotsky (1973) à teoria das ondas longas de Kondratiev:

É possível rejeitar de antemão as tentativas do professor Kondratiev de atribuir às épocas que ele chama de ciclos prolongados o mesmo ritmo estrito que se observa nos ciclos curtos. Isso constitui claramente uma generalização

equivocada sobre a base de uma analogia formal. A periodicidade dos ciclos curtos está condicionada pela dinâmica interna das forças capitalistas, o que se manifesta quando e onde haja um mercado [...]. A absorção pelo capitalismo de novos países e continentes, a descoberta de novos recursos naturais e fatores significativos de ordem superestrutural, como guerras e revoluções, determinam o caráter e a alteração de épocas expansivas, estancadas ou declinantes do desenvolvimento capitalista (MANDEL, 1969, p. 83).

Para Mandel (1978, p. 77), ao contrário, a suposta onda longa posterior a 1945 obedecia à exigência de um regulador interno do sistema capitalista, pois nela, “como em outros ciclos expansivos que conhecemos na história do capitalismo, encontramos ainda e sempre uma constância, a saber, revoluções tecnológicas”, isto é, um fator situado no campo da indeterminação, de vez que sabemos, desde o *Manifesto Comunista*, que a “revolução constante dos meios de produção” é *conditio sine qua non* do desenvolvimento capitalista e, simultaneamente, fonte de sua crise (pois implica o aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, a queda tendencial da taxa de lucro).

Além disso, para Mandel (1978), a terceira revolução industrial do pós-guerra seria um “subproduto da corrida permanente aos armamentos da guerra fria”, o que nos deixa às escuras quanto a saber qual seria a causa das revoluções tecnológicas anteriores: Kondratiev (in KONDRATIEV; GARVY, 1946, p. 79), mais cientificamente, vinculou as ondas longas “ao período de vida de certos bens de capital duradouros”, calculado por ele, justamente, em aproximadamente 50 anos, e, mais conseqüentemente, tentou em vão elaborar uma teoria de ondas longas de inovação científica e tecnológica.

Mandel deve a sua celebridade acadêmica ao fato de ter formulado de modo abrangente o ponto de vista segundo o qual o *boom* econômico do pós-guerra teria por fundamento uma onda longa expansiva do capitalismo, comandada por elementos superestruturais (a guerra fria e a corrida armamentista decorrente, geradora da revolução tecnológica). Essa onda foi batizada de “neocapitalismo” e definida como qualitativamente diferente do capitalismo monopolista, sem que Mandel se importasse com a inteira negação da teoria leninista do imperialismo que isso significava. A decorrência dessa postura foi a análise da crise como o início de uma onda longa depressiva, na qual se distingue

a) a perda de produtividade industrial, particularmente por causa dos problemas na geração de energia e materiais, e dos altos gastos improdutivos (bélicos, sobretudo); b) crise na divisão internacional do trabalho, baseada na hegemonia dos Estados Unidos; c) crise do sistema monetário internacional e d) crise do *Welfare State* (KOTZ, 1987, p. 16-38).

Trata-se de elementos não mutuamente hierarquizados, que remetem a uma concepção liberal da crise econômica, para a qual aquela não passa de reajuste dos mecanismos naturais de volta ao equilíbrio, fase em que se eliminam as empresas mal-organizadas. Para o marxismo, ao contrário, a crise indica a tendência para o esgotamento e decomposição do modo de produção capitalista, decorrente das suas próprias leis, o que implica uma base metodológica diametralmente oposta para a análise da crise (KATZ, 1991). É sintomático que, quando se afirma a existência de uma dinâmica longa recessiva, se caracterizem como elementos centrais da crise as inovações em certos ramos industriais, as mudanças no processo produtivo, no sistema de trabalho e na divisão internacional do trabalho, o que implica uma periodização do capitalismo [que] aceita indiretamente um futuro para este.

Deixando de lado as conclusões políticas derivadas dessa colocação, o seu erro metodológico fundamental consiste em sobrepor um hipotético ciclo às leis comprovadas do desenvolvimento capitalista: essas leis estariam sobre-determinadas por uma hipótese. Não só isso: ainda que o ciclo longo fosse cientificamente comprovado, ele não seria um elemento decisivo, mas subordinado, da dinâmica capitalista. Ou, como disse Trotski (1973, p. 85),

[...] nós não podemos dizer que esses ciclos explicam tudo: isso está excluído pela simples razão de que os próprios ciclos não são fenômenos econômicos fundamentais, mas derivados. Eles acontecem sobre a base do desenvolvimento das forças produtivas por meio dos mecanismos das relações de mercado.

Embora os ciclos (curtos ou longos) sejam fenômenos derivados, isto é, subordinados às leis de movimento da produção mercantil e da produção capitalista, eles fornecem indicações sobre o período histórico do capitalismo. Segundo Trotski (1973, p. 152-153):

Os ciclos comerciais e industriais são de caráter diverso em diferentes períodos. A principal diferença está determinada pelas inter-relações quantitativas entre o período de crise e o de auge de cada ciclo considerado. Se o auge restaura com um excedente a destruição ou a austeridade do período precedente, o desenvolvimento capitalista está em ascensão. Se a crise, que significa destruição, ou pelo menos contração das forças produtivas, ultrapassa em intensidade o auge correspondente, temos como resultado uma contração na economia. Finalmente, se a crise e o auge aproximam as suas magnitudes respectivas, temos um equilíbrio temporário, um estancamento da economia. Esse é o esquema, no fundamental.

A reversão da análise marxista dos ciclos e das crises econômicas foi realizada pela chamada “escola da regulação”, que deixou o mundo de ponta-cabeça ao caracterizar a base dos ciclos econômicos como *institucional* (não produtiva), assim como a tendência em longo prazo para o equilíbrio (regulação) do capitalismo (cf. KATZ, 1992).

Segundo Trotski (1973), os ciclos econômicos estavam determinados pelas forças internas do capitalismo, enquanto os períodos históricos o estão pela interação entre aqueles e as condições estruturais do desenvolvimento capitalista. Ernest Mandel (1986, p. 57) tentou combinar essa análise com outra que sobrepusesse aos ciclos marxistas os ciclos longos, como uma espécie de elo intermediário entre os ciclos do capital analisados em *O capital* e os períodos históricos (auge, estancamento e declínio) do sistema capitalista:

A tese de que em 1914 se produziu um ponto de inflexão fundamental na história do capitalismo é muito importante do ponto de vista econômico e político [...] mas o fato do capitalismo ter entrado em 1914 num período de crise estrutural e declínio histórico não exclui novos desenvolvimentos periódicos das forças produtivas nem uma nova onda longa expansiva como a testemunhada entre 1940-1948 e 1968.

A teoria das ondas longas explicaria esse auge das forças produtivas num período de declínio histórico delas. Vejamos como.

De acordo com Mandel (1986a, p. 58), as ondas longas

[...] são de duração irregular. A sua explicação marxista confere à realidade histórica da onda longa um caráter integrado total, por meio da sua mistura peculiar dos fatores econômicos endógenos, das mudanças “ambientais” exógenas e da forma em que as ondas são mediadas pelos processos socioeconômicos.

Em sua explicação fundamental da onda expansiva do pós-guerra, Mandel (1986a, p. 58)⁶ argumentou que:

[...] dois fatores decisivos explicam a “onda longa com tonalidade básica expansiva” desenvolvida desde 1940-1945 até 1966: 1) as derrotas históricas dos trabalhadores, que permitiram ao fascismo e à guerra elevar a taxa de mais-valia; 2) o incremento resultante na acumulação de capital (investimentos) conjuntamente com o ritmo acelerado de inovação tecnológica e a redução do tempo de rotação do capital fixo, que levaram na terceira revolução industrial a uma expansão no longo prazo do mercado, para a extensão da reprodução do capital numa escala internacional.

Há nessa citação uma consideração unilateral da luta de classe e do que sejam “vitórias” e “derrotas” dos trabalhadores e as suas consequências sobre os salários e a economia. Mandel esqueceu o preço pago pela burguesia para evitar a expansão da Revolução de Outubro e as concessões em matéria de “salário indireto” – previdência social, seguro-desemprego – feitas para conter a onda revolucionária de pós-guerra na Europa ocidental e em outros países. Quanto à vinculação entre os ciclos e o tempo de rotação do capital fixo, foi uma tentativa abandonada por Marx pelo fato de o período de vida dos diversos capitais não ser coincidente e porque estes não se renovam ao mesmo tempo, mas em correspondência com o seu ponto de partida individual, enquanto o ciclo é um movimento que afeta ao mesmo tempo a sociedade no seu conjunto.

Nessas condições, não foi difícil para diversos economistas criticar a teoria de Mandel pela sua base empírica muito fraca (não há nela expressão estatística do ciclo longo, coisa que Kondratiev tentou) e pela sua confusão e pelo ecletismo teórico, que a tornam uma teoria

6 Ver também Mandel (1975).

[...] insuficiente, especialmente no que diz respeito à explicação da saída das depressões longas: os fatores exógenos colocados estão na verdade fortemente vinculados às contradições do sistema econômico. Entretanto, a gênese das revoluções tecnológicas é pouco explicitada (ROSIER, 1988, p. 96).

É claro que uma teoria de ciclos longos diversos dos períodos históricos do capital somente poderia apoiar-se em fatores internos da dinâmica capitalista; Trotski:

[...] naturalmente não disse que o capitalismo se movimenta no vazio, e sim no mundo real. Trotski submeteu à crítica toda explicação monocausal, isto é, puramente econômica do desenvolvimento capitalista. Em Mandel, as ondas longas voltam a ser consideradas como fenômenos monocausais, puramente econômicos; já que a taxa de lucro “deve ser interpretada pela mediação de uma série de transformações sociais”, continua claro que é o movimento da taxa de lucro que determina tanto as ondas longas como as curtas. Como toda a questão gira em torno de um pseudoproblema, é natural que o fato de as ondas longas não serem verificáveis no plano estatístico não tenha importância para Mandel (MATTICK, 1977, p. 231).

Mandel considerou que sua contribuição específica para a análise do problema das ondas longas seja relacionar as diversas combinações de fatores que possam influir na taxa de lucro, com a lógica interna do processo de acumulação e valorização do capital no longo prazo. Para justificar seu esquema teórico preconcebido, viu-se obrigado a considerar unilateralmente os fatores da expansão capitalista do pós-guerra (a corrida armamentista e a inflação mundial) como fatores de desenvolvimento das forças produtivas, e não como fatores que, evidenciando o anacronismo do modo de produção capitalista, preparavam, na fase expansiva dos negócios, as bases para uma crise sem precedentes na história do capitalismo, pela sua extensão e profundidade.

3 CONCLUSÃO

Com o aprofundamento das crises periódicas no início dos anos 1970, puseram-se em evidência não apenas todos os elementos de crise acumulados durante a fase expansiva anterior, mas também a tendência histórica do capitalismo em direção do seu esgotamento como modo de produção. Houve um dado histórico-econômico de excepcional importância: no dia 15 de agosto de 1971, o governo norte-americano declarou a não conversibilidade do dólar:

A partir da declaração da não conversibilidade das moedas, não entre elas próprias, mas delas em conjunto em relação a uma mercadoria de valor universal (por exemplo, o ouro), o valor dos patrimônios e dos capitais fica na incerteza. Qualquer medida governamental pode acabar com a metade do patrimônio de um capitalista. O processo da regulação do capitalismo passou a ser, pela primeira vez na história, um fato exclusivamente político. Nas reuniões do Grupo dos Sete, que se realizam duas vezes ao ano, os presidentes das principais potências capitalistas têm que determinar, subjetivamente, qual será a relação quantitativa entre as moedas no período de seis meses subsequentes. Mas em geral, as moedas se comportam de maneira diferente, inversa àquela por eles definida, que é um dado quase constante nos processos de crise mundial (RIEZNIK, 1992, p. 32).

A teoria da “revolução científico-tecnológica” e a dos ciclos longos têm em comum considerar a essência das crises como dada pela renovação tecnológica. Isso equivale a que as depressões não teriam outra função senão preparar as condições (tecnológicas e institucionais) da nova fase ascendente, a qual evidenciaria, afinal de contas, o modo de existência normal do capitalismo, com a crise cumprindo a função progressiva de acomodá-lo às condições criadas pelo seu próprio desenvolvimento.

O volume contemporâneo de quebra potencial do capital fictício não existia na crise de 1929. Atualmente, o movimento de capital especulativo de três dias equivale ao volume do comércio internacional de um ano inteiro. Isso evidencia um nível potencial de crise econômica que só não se transforma em catástrofe direta por causa situação política no contexto mundial, dos Estados imperialistas e das medidas que essa situação lhes permite adotar, as

quais não se situam no plano da economia, mas no da política. Quando se consideram a dimensão do ataque contra as conquistas do movimento operário e o tamanho do confisco efetuado para sustentar a saída da crise de 1973, o que chama a atenção é o caráter precário dessa saída. Em primeiro lugar, pelas suas características especulativas; em segundo, porque não deu lugar, praticamente em nenhum momento, a uma taxa de crescimento capaz de reproduzir a expansão do capital (taxa muito baixa nesse período); e, em terceiro lugar, porque se baseou num certo estímulo ao consumo, originando uma inflação muito grande, o que levou a um sobre-endividamento tanto público quanto privado.

A investigação acerca dos ciclos econômicos longos tem chegado a resultados interessantes e até importantes do ponto de vista da história do capitalismo e da história econômica em geral. Não conseguiu, no entanto, formular uma teoria que lhe permitisse estabelecer leis do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento capitalista, questão sujeita a controvérsias, embora uma maioria de pesquisadores se incline para a existência de regularidades:

Os resultados atingidos não são idênticos, mas as teses que sustentam a existência de uma concordância entre os movimentos dos preços e os da produção parecem ser mais sólidas do que aquelas que a negam ou as que afirmam que ambos os movimentos são divergentes (NIVEAU, 1974, p. 129).

Mas isso não permite afirmar que “o levantamento empírico realizado por Kondratiev [foi] razoavelmente conclusivo” (BRESSER PEREIRA, 1986, p. 187). Outros estudiosos concluíram, ao contrário, que as “séries longas devem ser construídas de alguma maneira para serem explicadas, e mais ainda devem ser explicadas para poderem ser construídas”, enfatizando que o fator decisivo unanimemente invocado, “o progresso técnico, não é um fenômeno unívoco, derivado de uma lógica imanente, independentemente do contexto histórico em que se produz e universal” (ROSIER, 1988, p. 101).

Mesmo os que tentam seriamente explicar as crises atuais no contexto dos ciclos longos reconhecem que “o modelo teórico elaborado está ainda bem longe de ser completo” (TYLECOTE, 1992, p. 27). A popularidade da teoria, desde os anos 1930 (quando Schumpeter elaborou a teoria dos “três ciclos”, pondo a chave do desenvolvimento econômico no “empresário inovador”), deve menos a razões científicas do que ao seu próprio contexto histórico:

O ponto de vista [dos ciclos longos] se fez popular em certos meios como explicação das profundidades atingidas pela crise econômica durante a Grande Depressão da década de 1930. Essas autoridades explicaram que a falta de uma recuperação sustentada durante a década de 1930 se explicava pelo fato de a economia se encontrar no fundo de uma depressão de Kondratiev. Embora um movimento de recuperação começasse em 1933 até 1937, o pico atingido nesse ano estava muito por baixo de 1929, o que parecia ilustrar aquele ponto de vista⁷ (LEE, 1967, p. 56-57).

A teoria marxista soube formular, teórica e empiricamente, as leis que presidem o ciclo e a crise da economia capitalista, derivadas das próprias leis de movimento do capital (baseadas na lei do valor), originadas no aumento da composição orgânica do capital nas condições de reprodução ampliada, de onde surge a lei da queda tendencial da taxa de lucro, “a lei mais importante da moderna economia política”, nas palavras de Marx. Como toda lei histórica, esta é uma lei tendencial, num sentido duplo: 1. que se verifica em condições econômicas concretas, nas quais aparecem fatores que a aceleram ou a atenuam, sem mudar seu vetor fundamental; 2. que expressa a tendência do capitalismo para a sua própria autodissolução, em virtude das suas próprias leis (dialética) internas: “o limite para o capital é o próprio capital”.

Referências

- ABALO, C. La reconversión y las mutaciones de largo plazo en el capitalismo. *Cuadernos del Sur*, Buenos Aires, n. 13, dic. 1991.
- AGUILAR, A. *La crisis del capitalismo*. México: Nuestro Tiempo, 1985.
- ALTVATER, E. 1929: o debate marxista sobre a crise econômica. In: HOBBSAWM, E. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. v. X.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ANDREUCCI, F. *Socialdemocrazia e imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914. Roma: Riuniti, 1988.
- BARUCCI, P. *Adam Smith e la nascita della scienza economica*. Firenze: Sansoni, 1977.
- BOGDANOV, V. *Pod Znamenem Marksizma*. Moscou, jun. 1928.

7 Para um esboço de história contemporânea da teoria de Kondratiev, ver Secco (2006).

- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOUKHARINE, N. *L'économie mondiale et l'imperialisme*. Paris: Anthropos, 1977.
- BOUVIER, J. As crises econômicas. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. XXXI, n. 62, 1965.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COGGIOLA, O. (Ed.). *Karl Marx: as crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Edições Populares-Ched, 1982.
- COGGIOLA, O.; MARTINS, J. A. A dinâmica da globalização – *mercado mundial e ciclos econômicos* (1970-2005), 2006. Disponível em: www.insrolux.org/textos2006/livroscooggiolamartins.pdf. Acesso em: março 2010.
- DAY, R. B. La teoría del ciclo prolongado de Kondratiev, Trotsky e Mandel. *Criticas de la Economía Política*, México, El Caballito, n. 4, Feb. 1982.
- DE CECCO, M. *Economia e finanza internazionale del 1890 al 1914*. Bari: Laterza, 1971.
- DOBB, M. *Economía política y capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- _____. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- FLAMANT, M. *Les fluctuations économiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- FLAMANT, M.; SINGER-KEREL, J. *Les crises économiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- GARVY, G. Los ciclos largos de Kondratiev. In: KONDRATIEV, N.; GARVY, G. *Las ondas largas de la economía*. Madri: Revista de Occidente, 1946.
- GOLDSTEIN, J. S. *Long cycles. Prosperity and war in the Modern Age*. New Haven: Yale University Press, 1988.
- GORDON, D. M. et al. Ondas largas y etapas del capitalismo. In: _____. *Trabajo segmentado, trabajadores divididos*. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.
- GROSSMANN, H. *Las leyes de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista*. México: Siglo XXI, 1977.
- GUERRIERI, P. Flutuazioni. In: CARMAGNANI, M.; VERCELLI, A. (Ed.). *Economia e storia*. Firenze: La Nuova Italia, 1978.
- GUILLÉN ROMO, H. La teoría mandeliana de las ondas largas. In: _____. *Lecciones de economía marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- HABERLER, G.; HOLESOVSKY, V. Coyuntura y crisis. In: KIERNIG, C. D. *Marxismo y democracia*. Economía 3. Madri: Rioduero, 1975.

- HOBBSAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- HOBBSAWM, E. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOBSON, J. A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HUBER, J. Las largas olas del desarrollo industrial. In: _____. *La inocencia perdida de la ecología*. Buenos Aires: Editorial Abril, 1986.
- KATZ, C. La realidad histórica de la descomposición capitalista y el escepticismo de los izquierdistas. *En Defensa del Marxismo*, Buenos Aires, n. 2, dic. 1991.
- _____. Crítica a la teoría de la regulación. *En Defensa del Marxismo*, Buenos Aires, n. 3, abr. 1992.
- KONDRATIEV, N.; GARVY, G. *Las ondas largas de la economía*. Madri: Revista de Occidente, 1946.
- KORSCH, K. *Dialettica e scienza nel marxismo*. Bari: Laterza, 1974.
- KOTZ, D. M. Long waves and the social structure of accumulation. *Review of Radical Political Economics*, New York, v. 19, n. 4, 1987.
- LABROUSSE, E. *Fluctuaciones económicas e historia social*. Madri: Tecnos, 1962.
- LEE, M. W. *Fluctuaciones económicas*. Buenos Aires: Eudeba, 1967.
- LUXEMBURGO, R. *Acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MALTHUS, T. M. *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MANDEL, E. A economia do neocapitalismo. In: DEUTSCHER, I. et al. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- _____. The industrial cycle in late capitalism. *New Left Review*, London, n. 90, Mar. 1975.
- _____. *A formação do pensamento econômico de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Iniciação à teoria econômica marxista*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- _____. *Las ondas largas del desarrollo capitalista*. La interpretación marxista. Madri: Siglo XXI, 1986a.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1986b.
- MARCEL, B.; TAÏEB, J. *Crises d'hier, crise d'aujourd'hui*. Paris: Nathan, 1996.
- MARX, K. *Prefácios, cartas e posfácios*, 1873. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: março 2010.
- _____. *Introducción a la crítica de la economía política*. Córdoba: Pasado Y Presente, 1969.
- _____. *Cartas sobre El capital*. Barcelona: Laia, 1974.

- MARX, K. *Capítulo inédito d'O capital*. Porto: Escorpião, 1975.
- _____. Introdução à crítica da economia política, 1857. In: _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *As lutas de classe na França 1848-1850*. Moscou: Progresso, 1979.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Teorias sobre a mais-valia*. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. México: Siglo XXI, 1987a.
- _____. *O capital*. São Paulo: Difel, 1987b.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Edições Populares, [s. d.].
- MARX, K.; ENGELS, F. *Obras filosóficas: del socialismo utópico al socialismo científico*. México: Fondo de cultura económica, 1986. 812 p.
- _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sudermann, 2003.
- MATTICK, P. *Marx y Keynes. Los limites de la economía mixta*. México: Era, 1975.
- _____. *Crítica de los neomarxistas*. Barcelona: Península, 1977.
- _____. *Crítica de la teoría económica contemporánea*. México: Era, 1980.
- MAURO, F. *História econômica mundial 1790-1970*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MEHRING, F. *Sobre el materialismo histórico*. Madrid, 1978.
- NIVEAU, M. *Historia de los hechos económicos contemporáneos*. Barcelona: Ariel, 1974.
- PALA, G. *L'ultima crisi*. Milão: Franco Angeli, 1982.
- _____. *Economia nazionale e mercato mondiale*. Napoli: Manes, 1995.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RIEZNIK, P. O marxismo e a crise econômica mundial. *Estudos*, Brasília, n. 31, mar. 1992.
- ROBINSON, J. *Ensayo sobre la economía marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.
- ROSDOLSKY, R. *La genese du capital chez Karl Marx*. Paris: Maspero, 1979.
- ROSIER, B. *Les théories des crises économiques*. Paris: La Découverte, 1988.
- SAMUELSON, P. A. Una moderna analisi critica dei modelli economici marxiani. In: SWEEZY, P. et. al. *La Teoria dello Sviluppo Capitalistico*. Torino: Boringhieri, 1970.
- SCHUMPETER, J. A. The analysis of economic change. In: _____. *Readings in business cycle theory*. Philadelphia, 2, 1935.

SECCO, L. Os ciclos de Kondratiev: notas para uma história. In: SOUZA, L. E. S. *Ideologia e ciência econômica*. São Paulo: LCTE, 2006.

SISMONDI, S. *Nouveaux principes d'économie politique*. Paris: Calmann-Levy, 1971.

STERNBERG, F. *El imperialismo*. México: Siglo XXI, 1979.

SUJANOV, N. *Planovoe Joziaistvo*. Moscou, n. 4, 1926.

TROTSKI, L. La curva del desarrollo capitalista. In: _____. *Una escuela de estrategia revolucionaria*. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 1973.

TYLECOTE, A. *The long wave in the world economy*. London: Routledge, 1992.